

O MICROCRÉDITO EM JOÃO PESSOA

DEUSILENE SOUSA DE MELO

“...os bancos podem e devem estar a serviço dos deserdados desta terra, não só por altruísmo, como também por interesse. Porque tratar os pobres como intocáveis, como párias, não é apenas moralmente indefensável, é também perfeitamente estúpido do ponto de vista financeiro.”

Muhammad Yunus

RESUMO: Este estudo trata de descrever e refletir sobre as propostas que vêm sendo implementadas no Brasil sob a designação de microcrédito como mecanismo de combate e erradicação da pobreza. É um fenômeno que se origina em Bangladesh e espalha-se para todo o mundo. No Brasil, ganha corpo na década de 90, embora os primeiros empreendimentos datem da década anterior. Inicialmente, esteve ligado à ação de ONG's e em seguida foi incorporado como parte de políticas públicas de geração de emprego e renda. O Banco do Nordeste, nesse campo, é um dos que mais se destaca, possuindo uma carteira bastante volumosa. Dentre as modalidades adotadas pelo BNB, existe o Crediamigo que funciona como crédito solidário, isto é, microfinanciamento de quantias que não ultrapassam R\$ 8.000,00 (oito mil reais), individualmente, a grupos de cinco pessoas que criam uma rede cujo propósito é garantir o retorno através de aval solidário. A filosofia do microcrédito diferencia-se dos modelos tradicionais de empréstimos ao modificar os padrões rígidos dos bancos tradicionais, que são pautados em princípios de controle de risco, o que os obriga a emprestar somente aos que possuem renda fixa, alta e comprovada. O microcrédito celebrizou-se por emprestar dinheiro aos pobres, àqueles que sempre permaneceram à margem do sistema financeiro tradicional. Aqui, nos ocupamos em refletir, a partir da experiência concreta do Crediamigo em João Pessoa, sobre algumas questões que interessam ao cientista social: o microcrédito é uma solução efetiva para erradicar a pobreza? Que tipo de desenvolvimento, os seus defensores têm pregado? Na prática e na ótica dos microfinanciados, os resultados estão sendo alcançados? O estudo leva a alguns questionamentos sobre a efetividade de tais propostas, sem, contudo, esquecer dos avanços conseguidos pelo microcrédito.

PALAVRAS-CHAVE: Microcrédito, Crediamigo, Desenvolvimento Social

ABSTRACT: This study treats of describing and reflecting about the purposes which have been implemented in Brazil with the designation of micro credit as a combat and poorness' eradication mechanism. It's a phenomenon which has its origin in Bangladesh and put about trough all the world. In Brazil it gets a framework in nineties years, although the first enterprises date from the previous decade. Initially it was linked to ONG's action and next was incorporated as a part of public politics of employment and income generation. In this segment, the "Banco do Nordeste" (Northeast Bank) is one of the most excelled, by owning of a very bulky micro credit program. Among the models adopted by BNB, there is the *Crediamigo* witch works as a sharing credit, that is, micro financing of amounts that don't overtake R\$8.000,00 (eight thousand *Reais*), individually, to groups of five people witch create a net on purpose of guaranteeing the comeback trough the sharing endorsement. The micro credit philosophy differentiate itself of traditional models of loans when it changes stern patterns of traditional banks which are ruled in control of risk principles what oblige them to lend only the owners of fixed, high and confirmed income. Micro credit celebrated itself by lending money to poors, the ones who always were out of traditional financial system. Here we dedicate in reflect from *Crediamigo*, concrete experience in João Pessoa about some questions which interest to the social scientist: is micro credit an effective solution to eradicate poorness? What kind of development has its defenders preached? In micro financed practice and view are the results being reached? The study lead up to some questions about the effectively of such purposes, yet without forgetting the advances obtained trough micro credit.

KEYWORDS: Micro credit, "*Crediamigo*", Social Development

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRI – Bank Rakyat da Indonésia
CEAPES – Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar
GPDH – Glossário da Pobreza do Desenvolvimento Humano
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPH – Índice de Pobreza Humana
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não-Governamental
OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SCM – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| 01 – Escolaridade dos Financiados pelo Crediamigo em João Pessoa | 63 |
| 02 – Visão dos Financiados Sobre as Vantagens do Crediamigo | 64 |
| 03 – Visão de Mudanças Sociais em suas Vidas | 65 |
| 04 – Visão de Mudança Econômica em suas Vidas | 65 |
| 05 – Exemplo Concreto de Mudança | 66 |
| 06 – Opinião Sobre o Aumento de Faturamento | 66 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 O MICROCRÉDITO | 16 |
| 3 POBREZA E DESENVOLVIMENTO | 30 |
| 3.1 “Soluções” para a Pobreza no Brasil | 40 |
| 4 MICROCRÉDITO NO BRASIL | 47 |
| 4.1 Experiência do Microcrédito em João Pessoa: o Crediamigo | 54 |
| 5 REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA | 58 |
| 6 CONCLUSÃO | 71 |
| REFERÊNCIAS | 73 |
| APÊNDICES | |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o microcrédito, procurando compreendê-lo nos seus aspectos sociais e não como fenômeno puramente econômico. Neste sentido, procuraremos observá-lo nas relações que ele pode ter com certos problemas sociais. Tentaremos analisá-lo como estratégia de erradicação da pobreza ou como política de desenvolvimento para o país, que procura atingir através da geração de emprego e renda, as camadas menos favorecidas da população.

O microcrédito, grosso modo, pode ser entendido como uma modalidade de empréstimos que financia pequenas somas de dinheiro a pessoas da população de baixa renda, até então, excluídas do sistema financeiro tradicional. Mais que simples oferta de crédito diferenciado, orientado e solidário aos setores normalmente excluídos do acesso às formas tradicionais de crédito, constitui-se, segundo os seus defensores, um dos mais importantes elementos do conjunto de ações voltadas à transformação social, além de desencadear um movimento questionador do sistema financeiro comercial tradicional, elitista e excludente, estruturado para atender apenas grandes clientes.

Este fenômeno vem se manifestando no Brasil, de forma crescente, a partir de 1980, tendo, entretanto, sua decolagem a partir de 1994, mediante a realização de inúmeros cursos, encontros, seminários, congressos, e outros eventos abordando o tema dos pequenos negócios

e do microcrédito, bem como mediante o desenho de programas governamentais e não-governamentais, destinados à implementação de ações de apoio a esse segmento da economia.

Neste sentido, o microcrédito tem figurado como “uma filosofia de mudança”, um instrumento de emancipação socioeconômica e cultural dos setores menos favorecidos da população e um dos mecanismos decisivos à retomada do desenvolvimento a partir da “base” do sistema. Essa onda que tem se expandido pelo mundo, surgiu num dos países mais pobres da Terra, Bangladesh, onde um professor de Economia de uma Universidade desconhecida implementou um projeto de ajuda aos miseráveis através de empréstimo a juros de mercado, de quantias irrisórias, tendo como única garantia a de que “os pobres são dignos de confiança, cumprem com seus compromissos muito mais satisfatoriamente que os abastados”. Estamos falando do professor Yunus e da criação do Banco Grameen, assunto a ser abordado na primeira seção deste trabalho.

No Brasil, o microcrédito passou por adaptações, modificando preceitos do modelo do Banco Grameen. Muitas destas mudanças acabaram dando-lhe uma feição bastante peculiar. É importante falar desta peculiaridade, descrevendo os aspectos do microcrédito no Brasil, buscando identificar as formas de funcionamento, as modalidades adotadas, a clientela atendida, os requisitos de seleção, etc. Para melhor cumprir esse objetivo, é preciso também contar a sua história.

Mas, a finalidade última de todos estes procedimentos é verificar algo que se tornou um importante discurso para os que patrocinam o microcrédito: ele é visto como uma das formas mais eficientes de promover a inclusão social, ou seja, permitir aos pobres que, mediante a inclusão no mercado de créditos, se incluam socialmente, sem que dependam de assistencialismos e paternalismos diversos implementados pelo governo. É o mesmo que dizer que o microempréstimo proporcionará ao pobre a possibilidade de sair da linha de pobreza, para ocupar melhores posições sociais. E isso ocorrerá direta e indiretamente, pois cada microfinanciado, além de gerar riqueza para si mesmo, estaria contribuindo para gerar riquezas para outros, por exemplo, através da geração de empregos. De fato, isto está acontecendo? O microcrédito é a solução para a pobreza ou apenas mais um projeto que passará com o tempo, deixando quase nenhuma lembrança boa ou efeito concreto, saindo vitoriosa a pobreza?

Uma intenção deste tamanho não poderia ser levada a cabo considerando todo o universo do microcrédito no Brasil. Contentamo-nos, então, em tomar como objeto, apenas uma pequena parcela dessa realidade: o Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil S.A. Banco no qual trabalhamos deste 1978 e pudemos acompanhar todo o processo que gerou o

Crediamigo. Essa modalidade de crédito é direcionada para as camadas populares e corresponde a empréstimos de até oito mil reais. Sendo um empréstimo fornecido a um grupo de amigos, ele vai substituir o avalista e a garantia pecuniária ou patrimonial por um componente que não é econômico, mas social, qual seja, a confiança e o controle social de redes pessoais de relacionamento. Estas redes acabam extrapolando o papel de mero controle sobre o risco e podem se converter em grupos solidamente articulados em torno de um projeto econômico, que dando certo, levará à inclusão social e desenvolverá formas de relações sociais entre os financiados. Toda uma gama de sentimentos coletivos passará a ser alimentada.

A inserção e proximidade com o tema despertaram-nos o interesse de conhecer de forma mais profunda os mecanismos, processos e efeitos ligados ao fenômeno, algo até então inédito no espaço do crédito, que inclusive levou o Banco a implementar mudanças nos seu funcionamento.

O Banco do Nordeste, hoje, destaca-se como a maior instituição de microcrédito no Brasil, sendo inclusive citado internacionalmente como um exemplo que deu certo.

O percurso metodológico seguido nesta pesquisa aproxima-se das pesquisas qualitativas. As nossas fontes procederam: a) da experiência profissional da autora, que como funcionária do Banco em questão, pôde acompanhar o processo, tendo o cuidado de manter um certo distanciamento, procurando controlar os juízos de valor; b) dos vários documentos produzidos pelo banco sobre o microcrédito; c) da fala dos componentes de um grupo de amigos, grupo este considerado o mais consolidado e com um certo tempo já de participação no Crediamigo, e por último, d) da bibliografia existente sobre o assunto, e neste caso, vale dizer que são escassas as publicações a respeito (recorremos bastante aos documentos disponibilizados pela Internet), sendo que as poucas que existem foram produzidas por alunos e professores da área das ciências sociais aplicadas; tudo leva a crer que os sociólogos ainda não despertaram o interesse para um tema tão atual e importante como este.

Este relatório ficou estruturado em quatro seções principais, além da introdução e conclusão. Na primeira seção discutimos o microcrédito, contando a sua história e destacando os seus princípios e mecanismos, procurando compará-lo com as formas tradicionais de empréstimo, enfatizando o seu aspecto de promotor de inclusão social. Damos destaque à experiência pioneira de Bangladesh, e isso nos permitirá ver como ela lá se desenvolveu para compararmos com o que acontece no Brasil. Na segunda seção, falamos rapidamente sobre a pobreza e o desenvolvimento, no intuito de mostrar que a

pobreza se caracteriza como um fato estrutural da nossa sociedade, e que diante da sua persistência, muito já se fez para tentar solucioná-la; destacamos o tamanho do problema que o microcrédito deve enfrentar. Em seguida, passamos a discutir o microcrédito no Brasil para percebermos como vem funcionando; também falamos do microcrédito em João Pessoa e do Crediamigo do BNB, caracterizando-o, mostrando seus mecanismos, sua clientela, seus padrões de funcionamento e alguns resultados. Daí, então, na seção seguinte, passamos a discutir algumas informações obtidas com os integrantes de um grupo de microfinanciados. Vamos tratar do cotidiano deles e fundamentalmente procuraremos saber se realmente o microcrédito mudou a vida deles, ou seja, se promoveu a tão proclamada inclusão social. Refletiremos sobre os dados procurando seguir as direções da pesquisa traçadas pelos seus objetivos.

2 O MICROCRÉDITO

A experiência de microcrédito mais conhecida internacionalmente foi desenvolvida em Bangladesh, país asiático rodeado quase por inteiro pela Índia exceto a sudeste, onde tem uma pequena fronteira terrestre com Myanmar, e ao sul, onde tem litoral no Golfo de Bangala e sua capital chama-se Daca. Bangladesh apresenta uma super população por m² e é considerado um dos países mais pobres do mundo, onde 75% das pessoas não sabem ler nem escrever, sendo que na área rural esse percentual sobe para 85%. Muitas aldeias, cerca de 65% não dispõem de eletricidade (YUNUS, 2005, p. 267).

Segundo dados estatísticos da Enciclopédia Tio Sam, a área total do país é de 144.000 km² e sua população total é de 133.376,684 habitantes, sendo a sua densidade de 926/km². A mesma fonte registra que 35,6% da população vive abaixo da linha da pobreza (para o período de 95-96) e seu desenvolvimento humano está classificado em 138º lugar no *rank* mundial, com IDH de 0,519, gerando, segundo dados estatísticos (*World Resources Institute*) expectativa de vida inferior a média mundial.

Segundo Yunus, em Bangladesh existe grande desigualdade na distribuição de renda, considerando que a concentração de 42,8% da renda do país está em poder dos 20% mais ricos, enquanto 8,7% encontram-se nas mãos dos 20% mais pobres, e 29,1% da população vive com menos de US\$ 1,00/dia. Esse número cresce assustadoramente quando se verifica que outra grande parte da população, 77,8% vive com menos de US\$ 2,00/dia.

O país vive predominantemente do setor de serviços, 51%, seguido da agricultura, 25% e, a indústria com a pequena fatia de 24%. Lá, cerca de 80% da população é muçumana, fazendo de Bangladesh uma das maiores nações Islâmicas do mundo. A comunidade de muçulmanos em Bangladesh tende a ser tolerante a outras crenças religiosas e é conhecida pela ausência de conflitos religiosos. O Hinduísmo é praticado por cerca de 13% da população e os budistas representam menos de 1%.

No livro “O Banqueiro dos Pobres”, Yunus relata como esse cenário de pobreza criou as circunstâncias que o levaram a idealizar o microcrédito, inicialmente, como experiências isoladas, até chegar à criação do Banco Grameen.¹ Ele lecionava Economia na Universidade de Chittagong, nos anos que se seguiram à independência de Bangladesh ocorrido em 1971. Via, porém, que faltava a vitória do povo sobre a miséria, a pobreza estrutural que vergastava a população de Bangladesh. O país, em vez de progredir, estava a definhando e, em 1974, enfrentava um terrível período de fome. Pessoas morrendo, literalmente, de fome e, desse modo, estava frustrado, sem saber o que fazer para ajudar. Afinal, todas as grandes teorias de desenvolvimento econômico que ensinava não contribuía para reverter a situação de pobreza em que vivia o país.

Não lhe era possível olhar para o mundo como mero espectador, precisava encontrar formas de ser útil, nem que fosse para uma só pessoa. “Decidi voltar a ser estudante. Jobra seria minha universidade; os habitantes da cidade, meus professores” (YUNUS, 2005, p.15). Assim, ele foi à aldeia de Jobra, a mais próxima do campus universitário de Chittagong para adquirir conhecimento sobre a realidade dos aldeões. Isso representaria um grande avanço em relação ao ensino acadêmico, somado à satisfação de oferecer aos acadêmicos uma nova percepção, tendo em vista a distância existente entre o mundo universitário e a realidade da vida.

Quando podemos segurar o mundo na palma da nossa mão, e o vemos panoramicamente, tendemos a nos tornar arrogantes – não percebemos que ao olhar as coisas de uma grande distância tudo fica borrado. O resultado é que acabamos por imaginar as coisas em vez de enxergá-las (YUNUS, 2005, p.15).

O professor verificou de perto a inexistência do mínimo indispensável à sobrevivência humana e, para aqueles, principalmente mulheres, que tentavam romper essa barreira da pobreza, esbarravam noutro “gargalo”, os agiotas, esses com a ânsia de usura, não deixavam uma mínima chance de progresso para essas pessoas menos favorecidas. Por outro lado, todos os pobres são excluídos de qualquer tipo de crédito nos bancos comerciais, levando-os a

¹ Vem da palavra “gram”, que quer dizer “aldeia”.

recorrer aos agiotas. O governo, por sua vez, tinha projetos de assistencialismo como a distribuição de sopas para os pobres, mas nunca chegava a ser suficiente, a sopa, geralmente acabava antes de ser servida a todos; os jornalistas cumpriam a missão de alertar a opinião pública; institutos de pesquisas cumpriam seu papel de colher dados em relação à origem dos famintos e quais as possibilidades de sobrevivência; organizações religiosas faziam a caridade de juntar corpos com a finalidade de um sepultamento digno. Apesar de “um olhar” de vários segmentos, não existia uma inter-relação entre esses organismos, ou melhor, todos “atirando” ao mesmo tempo, sem saber onde e a quem atingir. Pelo visto, tudo continuaria como sempre: classificado como país de categoria 3 pela OMS. Para complicar ainda mais, o país era freqüentemente vítima das catástrofes naturais – inundações, ciclones – e tudo isso o levava a continuar na dependência de doações externas.² Portanto, as pessoas continuavam morrendo de inanição – 40% da população não chegava a satisfazer as necessidades alimentares mínimas – e mediante tal quadro de subnutrição a população tinha diminuído de peso e tamanho médios. A partir de então, o professor começou, diz ele, a achar que suas aulas eram uma sala de cinema onde se podia relaxar, tranqüilizados pela vitória certa do herói. Mas onde estava a teoria econômica capaz de dar conta da vida real? “Como continuar a contar história de faz-de-conta a meus alunos em nome da economia?” (YUNUS, 2005, p.14). Era impossível ignorar o sofrimento daquelas pessoas, de como estavam dependentes dos usuários que lhes emprestavam dinheiro, quase sempre quantias bem pequenas. Pensou, então, em fazer uma lista destas pessoas e tentar ajudá-las. Com a colaboração de alguns alunos, fizeram uma lista de 42 pessoas e chegaram à conclusão que o total de dinheiro necessário e imediato para ajudá-las a sobreviver por si mesmas era de apenas 27 dólares. Todavia, de início o professor ficou sem saber o que ia fazer com essa lista. Outro item chocante, para o professor, era ver que tão pouco dinheiro poderia resolver situação bastante difícil para aquela gente. O seu primeiro impulso foi o de angariar o dinheiro e dá-lo às pessoas. Constatou que quantia tão pequena provocara tanta excitação e deixara tanta gente feliz. Então, pensava, porque não ir mais longe e emprestar mais dinheiro e eles. Movido pelo espírito de solidariedade emprestou-lhes os 27 dólares para serem devolvidos, sem juros, quando seus produtos fossem vendidos adequadamente. Porém, essa não era a solução definitiva. Nesse primeiro dia em que efetuou esse empréstimo às 27 pessoas, não conseguiu conciliar o sono e se indagar em como poderia atingir o maior número de necessitados. O problema de miséria no país apresentava-se macro e profundo.

² Bangladesh havia recebido 30 bilhões de dólares de ajuda do período que vai da sua independência até 1974.
CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 12, set./2008, p. 01-45.
<http://www.cchla.ufpb.br/caos>

Achava que não poderia ficar de braços cruzados, teria que procurar uma instituição financeira como apoio legítimo para esses pequenos créditos. Na ausência dessa legalidade financeira, essa demanda foi monopolizada pelos agiotas locais em razão da inexistência de apoio Institucional capaz de atender à necessidade dos menos favorecidos em matéria de credito. Sendo, portanto, “pobres porque as estruturas financeiras de nosso país não tinham a disposição de ajudá-las a melhorar sua sorte. Era um problema estrutural, e não um problema individual” (YUNUS, 2005, p. 24). Nenhuma daquelas pessoas estava em busca de esmolas. Todos apresentavam habilidades. Mas faltavam-lhes oportunidades de desenvolverem seus potenciais, gerarem renda para si e, conseqüentemente, para os seus entes mais próximos. E, o grupo maciçamente atingido pela pobreza é de mulheres, principalmente, por se tratar de um país predominantemente sexista e, os bancos, por sua vez, acompanhavam essa linha machista. Antes da fundação do Banco Grameen, somente 1% das mulheres de Bangladesh tinha acesso a empréstimos bancários. Mesmo uma mulher rica, só conseguiria o empréstimo mediante a autorização do marido.

Decididamente, se o projeto do professor Yunus era desmorrar a pobreza, teria que começar a “revolução“ priorizando os mais pobres e excluídos, o que direcionava seu projeto direto às mulheres. No mínimo 50% dos contemplados por empréstimos, deveriam ser mulheres, pois

a fome e a pobreza são mais uma questão das mulheres que dos homens: as mulheres são mais intensamente tocadas que os homens pela fome e pobreza; se um dos membros da família deve sofrer fome, tacitamente se admite que será a mãe. É ela que passa pela experiência traumatizante de não poder amamentar o filho durante os dias de fome e penúria. E já que as mães estão sempre mais próximas aos filhos, “as mulheres encarnam para nós o futuro de Bangladesh (YUNUS, 2005, p. 15 et seq.).

De princípio, foram visitadas as famílias de Jobra na tentativa de ajudá-las de alguma forma. Todavia, avançar nesse projeto era quase o mesmo que rasgar o *purdah*³ das mulheres muçulmanas. Os mais diversos e fortes obstáculos teriam que ser enfrentados: arcaísmos de fundamentalistas e conservadores, paternalistas, além das catástrofes naturais – ciclones e inundações.

O professor Yunus relata a primeira visita feita a uma jovem chamada Sufia que fazia tamboretas e ganhava o equivalente a dois centavos de dólares por dia de trabalho. Isso não era incomum para as mulheres trabalhadoras de Jobra. “Sufia Begum era analfabeta, mas nem por isso deixava de ter habilidades. [...] ela era provida de uma habilidade útil – o sentido da

³ Literalmente, “cortina” ou “véu”. O costume muçulmano leva as mulheres casadas a se isolar do mundo externo.

sobrevivência” (YUNUS, 2005, p.20). Na semana seguinte à visita à aldeia de Jobra, o professor Yunus resolveu procurar o gerente do banco local – Banco Janata – para solicitar-lhe que emprestasse dinheiro aos pobres, pensando que seria uma coisa bem simples. Mas, infelizmente, essa atitude não condizia com a prática bancária. E o que não estava nos planos acabou acontecendo: surgimento do Grameen. E daí, foi um longo percurso a percorrer, desde os 27 dólares emprestados a 42 pessoas em 1976 até os 2,3 bilhões de dólares emprestados a 2,3 milhões de famílias em 1998. Segundo seu idealizador, o Grameen tem como único objetivo, por fim à pobreza, esse flagelo que humilha e denigre tudo o que um ser humano representa.

Vejamos, então, quais são as características do novo banco.

1. Os empréstimos são sempre pequenos e deverão ser concedidos a grupos com 05 pessoas, cujos membros não sejam parentes entre si e apresentem o mesmo status sócio-econômico. Cada grupo elege um presidente e um secretário, é eleito um coordenador da equipe com a finalidade de controlar todas as tarefas inerentes ao grupo;⁴
2. Antes de oficializar o empréstimo, as pessoas do grupo passam por um treinamento de conhecimento sobre o Grameen;
3. Os empréstimos são liberados individualmente, cada pessoa deve responder pelo seu pagamento, embora, as responsabilidades sejam coletivas;
4. O pagamento começa a ser efetuado uma semana após o recebimento do dinheiro;
5. Os empréstimos são submetidos a juros de mercado, com taxa de 20% a. a.⁵;
6. A cada semana pagam-se 2% da soma emprestada, durante cinquenta semanas;
7. Os juros representam a soma de duas takas⁶ por semana para empréstimo de mil takas. Em caso de alguma dificuldade de pagamento, os membros daquele grupo ajudam-se mutuamente e
8. Parte dos juros, corresponde a depósito de Fundo Mútuo;⁷ etc.

O Banco Grameen tem como filosofia a confiança no cliente para que ele possa, também, confiar no banco; jamais recorrer à polícia para resolver questões de ordem interna;

⁴ Dar autoconfiança ao grupo, reduzir o trabalho do empregado do banco e realizar programas de poupança são três pontos essenciais.

⁵ Os juros aplicados são compatíveis com os do mercado financeiro, ou seja, não são juros subsidiados, que o governo arcaria com parte do risco, e sim, taxa de juros equivalentes às aplicadas pelas demais instituições financeiras.

⁶ Moeda atual de Bangladesh: mil takas correspondem a US\$ 25,00.

⁷ O equivalente a 5% de cada empréstimo é reservado a socorrer financiados em caso de emergência, além, de duas takas depositados nesse fundo pelos membros de um grupo. A existência de um Fundo Mútuo fornece aos membros uma experiência de gestão financeira.

nunca utilizar o aparelho judiciário para recuperar dinheiro. Do contrário, o banco perderia a sua filosofia primordial, a relação repousa na confiança. O Grameen, no dizer de seu idealizador, é bem ou malsucedido conforme a força da relação pessoal com os financiados. É a força coletiva desse grupo que atua orquestralmente, e é fantástica. Ressalta ainda, que em 99% dos casos a confiança depositada é recompensada, os maus pagadores não representam mais de 1% dos clientes do Grameen.

Para percebermos como a forma de administrar o Banco Grameen se diferencia em muito dos bancos tradicionais, apresentamos “As dezesseis resoluções” (YUNUS, 2005, p.147) elaboradas pelos financiados, o que mostra a importância que o Grameen passa a ter na vida deles. Esse estado de coesão, sabemos bem, nós cientistas sociais, é um forte indicador de que uma identidade está em vias de processamento: um projeto econômico assume papel fundamental nos costumes, sentimentos e mentalidades das pessoas pobres.

1. Nós respeitamos e aplicaremos os quatro princípios do banco Grameen: disciplina, união, coragem e trabalho árduo em todas as atividades de nossa vida;
2. Levaremos a prosperidade à nossa família;
3. Não viveremos numa casa em mau estado. Vamos manter nossa casa, e aspiraremos a construir uma nova o mais breve possível;
4. Cultivaremos legumes durante todo o ano. Consumiremos bastante e venderemos o que sobrar;
5. Durante o período de cultivo, nós plantaremos tanto quanto nos for possível;
6. Tentaremos ter poucos filhos. Limitaremos nossas despesas. Cuidaremos da nossa saúde;
7. Daremos educação a nossos filhos e providenciaremos os meios de arcar com nossa educação;
8. Zelaremos pela limpeza de nossos filhos e do ambiente;
9. Construiremos e utilizaremos fossas para servirem de latrina;
10. Beberemos água de poços salubres. Se não dispusermos deles, ferveremos a água ou a desinfetaremos com alume;
11. Não exigiremos nenhum dote para nossos filhos, assim como não daremos nenhum dote para nossas filhas. Os dotes serão proscritos de nossos centros. Nós nos oporemos ao casamento de crianças;
12. Não cometeremos nenhuma injustiça e nos oporemos à que for cometida pelos outros;

13. Iremos nos propor coletivamente investimentos cada vez mais elevados para obter maior renda;
14. Estaremos sempre dispostos a ajudar os outros. Se alguém estiver em dificuldade, nós o ajudaremos;
15. Se soubermos que num centro a disciplina está sendo desconsiderada, iremos até lá para restabelecê-la e
16. Introduziremos os exercícios físicos em nossos centros. Participaremos coletivamente de todos os encontros organizados.

O que nos parece mais curioso nisso tudo, para não dizer estranho, é como fatos que não tem nada a ver com a “burocracia” de um empréstimo figuram como princípios a serem seguidos por causa de um tipo de empréstimo. O espanto se dá, talvez, por estarmos olhando a realidade de uma plataforma moldada numa mentalidade ocidental, do tipo cartesiano e fordista. A especialidade do banco é financeira, não lhe interessa o que o cliente vai fazer com o dinheiro, importa, sim, que ele pague o devido acrescido de juros. No caso da experiência do Grameen, a racionalidade econômica, no dizer weberiano, do cálculo, é acrescida de outras lógicas, a do humano, a dos meios e dos valores.

A racionalidade calculista dos bancos convencionais, com toda sua lógica rígida pautada na burocracia e em garantias quantitativas, não deixava outra opção, a não ser fundar um banco com características bem peculiares à necessidade dessa gente pobre e sofrida. Diz Yunus:

Nós não sabíamos absolutamente como criar um banco para os pobres; foi preciso aprender tudo. Em janeiro de 1977, quando estávamos começando, observei como outros bancos faziam suas operações de crédito e extraí lições de erros que eles cometiam. (YUNUS, 2005, p.137).

No seu projeto, o banco deveria pertencer a seus financiados (os financiados são proprietários do banco) e sua principal missão é o desenvolvimento econômico em escala individual, mas há vantagens indiretas do microcrédito que não são apenas econômicas, são políticas e sociais.

Outra preocupação era a de que os usuários entendessem que seriam iguais aos demais tomadores de financiamentos do mercado formal e não, simplesmente, vissem no banco uma política meramente assistencialista. Dessa forma se estimularia a predisposição que levaria os menos favorecidos a seguir as mesmas regras do mercado financeiro, permitindo assim, desenvolver capacidade de competitividade. Contudo, essa filosofia se respalda também em uma certa racionalidade econômica, isto é, o Banco Grameen empresta e ao ser reembolsado, com juros competitivos, aumenta seu capital, que, por sua vez, aumenta sua capacidade de conceder créditos a novos clientes e, concomitantemente, o Banco Grameen se desvincula de

empréstimos e doações a que inicialmente recorreu para adquirir a sua base estrutural e econômica, com isso deve conseguir a auto-sustentabilidade. Em nível dos princípios, no caso do Banco Grameen, a racionalidade econômica é colocada a serviço de outras formas de necessidades e organização da vida social, ela é apenas um meio e não um fim em si mesma.

A ação do Banco Grameen, hoje constituído como instituição financeira privada que cobra taxas de juros de mercado, atende a milhões de pessoas pobres de Bangladesh e se tornou referência ao redor do planeta, pela sua eficiência no que diz respeito ao assunto. Tem também diversificado muito os tipos de atividades por ele organizadas, sempre com o intuito de melhorar a vida dos menos favorecidos da sociedade: criou linha de crédito para aquisição de casa própria; fundos de saúde e aposentadoria; a Fundação Grameen para a Psicultura; a GrameenPhone para levar tecnologia para os aldeões, como telefone e eletricidade; o Grameen Trust ou Programa de Diálogo Internacional, entre outros.

No final de seu livro, Yunus faz um balanço do Grameen do qual retiramos o essencial:

Em dezembro de 1997, o banco Grameen ultrapassou a marca dos 2,4 bilhões de dólares em empréstimos realizados. [...] a quantidade total de empréstimos feitos pelo banco Grameen anualmente supera a quantidade total dos empréstimos rurais feitos por todos os bancos de Bangladesh juntos. Em dezembro de 1997, o Grameen tinha 1.105 agências que, em 38 mil aldeias, atendiam 2,27 milhões de clientes, com empréstimos efetuados na porta de suas casas. Possui quase 13 mil funcionários. O Grameen recebe uma média de 1,5 milhão de dólares em prestações semanais. A quilometragem das viagens que os funcionários do Grameen fazem para atender os clientes é o equivalente a várias voltas ao mundo. O montante de dinheiro que eles carregam nessas viagens chega a 1,5 milhões de dólares, e eles não temem ser atacados por ladrões (YUNUS, 2005, p. 334).

E acrescenta:

Todas as pesquisas externas feitas pelo Grameen nos dizem que nossos financiados estão sempre em escalada econômica. Nossa esperança e aspiração é ajudar os financiados a continuar em ascensão, até o banco se tornar conhecido não como “banco dos pobres”, e sim como “banco dos expobres” . [...] A mudança acontece diante dos nossos olhos[...] (YUNUS, 2005, p. 340)⁸.

Em Bangladesh, o microcrédito nasce dentro de uma proposta de inclusão social atendendo às pessoas que não têm garantias reais aceitáveis pelos bancos, as quais as exigências em termos de documentação e reciprocidade são fatores restritivos, capazes de

⁸ O livro referenciado exaustivamente nesta seção foi escrito pelo autor num estilo bastante literário. Muitas vezes o autor procura mais convencer do que argumentar. Sua linguagem é apaixonada e carece de autocrítica. Contudo, isso não desmerece o mérito do seu empreendimento, isso pode ser visto no reconhecimento que o microcrédito assumiu no mundo inteiro, não só em países subdesenvolvidos, mas em países ricos como os Estados Unidos.

formar um grupo de indivíduos com uma grande barreira social e psicológica frente às instituições bancárias. É neste contexto que também ganhou maior impulso o desenvolvimento do microcrédito no Brasil, passando a compor o elenco de políticas ativas de emprego, tendo por objetivo fundamental gerar condições de auto-sustentabilidade econômica de grupos de baixa renda e, como tal, constituindo-se em ferramenta de superação de pobreza, conforme explica Beatriz Azeredo em junho de 2000 quando, então, era Diretora do BNDES, ocasião de uma palestra onde se encontrava Yunnus (AZEREDO, 2000): “para nós, o microcrédito é um instrumento de uma política pública de emprego, voltada para um segmento específico do mercado de trabalho, nada desprezível: a população de baixa renda, pouco qualificada, que está fora do mercado de trabalho”. Nesse sentido, podemos ver que o governo assumirá um papel importante para implementação do microcrédito no Brasil, tanto é que os programas de maior envergadura e êxito pertencem a “bancos estatais”, como a Caixa Econômica e, principalmente, o Banco do Nordeste. Daí podemos considerar a política de microcrédito como uma política pública de inclusão social ao gerar emprego e renda. Mas vale destacar que, no Brasil, a proposta levada a cabo em Bangladesh sofreu várias adaptações, diversificou-se através de muitas instituições de microfinanciamento, algumas delas completamente desvinculadas da preocupação social. Neste caso, vamos ver o conjunto destas instituições ser dividido em minimalistas e desenvolvimentistas. As primeiras tendo como interesse único o lucro, as outras se preocupando em fazer do empréstimo um motivo para gerar desenvolvimento social.

A seguir, na seção 3, vamos falar sobre a pobreza e o desenvolvimento, procurando destacar a pobreza como um mal crônico da nossa sociedade, problema que o microcrédito deve enfrentar, tarefa bastante difícil. Atentando para isso podem se visualizar as possíveis fragilidades na proposta do microfinanciamento tão cara aos economistas, governo e banqueiros.

3 POBREZA E DESENVOLVIMENTO

No Brasil há muitos pobres. A perspectiva de solucionar os problemas dessa população não é animadora. Nosso país acumula alguns títulos pouco honrosos, como, “o país com a maior concentração de renda em todo o mundo”, o que leva a graves formas de exclusão social, ou como diz Buarque (1993a), às formas de apartação social.

A pobreza e a desigualdade são tão antigas quanto a humanidade. Desde a infância somos habituados a ver pobres a nossa volta e nunca perguntamos por que eles são pobres e qual seria o futuro de cada um deles. Na literatura econômica não existe um consenso sobre o que ela é ou como pode ser medida. Para cada época – Idade Média, Feudal, Capitalista – a pobreza é vista e tratada de maneiras diferentes. Se voltarmos um pouco no tempo (através da literatura), veremos no século XIX, os primeiros esforços no sentido de lidar com os problemas gerados pela pobreza, como os albergues criados para os pobres. Dessa forma, entendemos que a pobreza era vista como algo inalterado – uma vez nascido pobre, tinha como certo morrer pobre – acreditando que a pobreza fosse uma inadequação, algo patológico. Também, no início desse mesmo século (XIX), surge o reconhecimento da Sociologia como disciplina, que dará grande contribuição para o estudo das transformações sofridas pela humanidade. É notória a preocupação existente com o problema da pobreza, criando-se novos conceitos e pré-conceitos, inclusive com novos nomes: excluídos, menos favorecidos, etc.

Segundo Giddens (2005, p.259), descrever o perfil dos “pobres”, não é algo tão fácil, pois, diante das mudanças constantes na sociedade, os indicadores de pobreza passam por reinterpretações. O que se pode afirmar, irrefutavelmente, é que a pobreza representa um grave problema social que tem implicações ética, econômica e política. E tem sido motivo de tentativas diversas que procuraram eliminá-la ou atenuá-la.

O que é pobreza? Quem são os pobres? No processo de produção e reprodução da sociedade, como a pobreza se insere? Estas são questões pertinentes para se encaminhar uma boa discussão sobre o microcrédito, pois o mesmo se apresenta como uma daquelas alternativas mencionadas.

Giddens aponta que,

Os sociólogos e os pesquisadores preferem utilizar duas abordagens diferentes para a pobreza: pobreza absoluta e pobreza relativa. O conceito de **pobreza absoluta** fundamenta-se na idéia da subsistência – as condições básicas que devem ser preenchidas para que se mantenha uma existência fisicamente saudável. Quem carece dessas necessidades fundamentais para a existência humana – como alimentos suficientes, abrigo e roupas – é classificado como um indivíduo que vive na pobreza. O conceito de pobreza absoluta é visto como universalmente aplicado. Acredita-se que os padrões de subsistência humana sejam mais ou menos iguais para todas as pessoas que tiverem idade e porte físico equivalentes, independentemente de onde morem. Pode-se dizer que qualquer indivíduo que se enquadre nesse padrão universal, em qualquer parte do mundo, vive na pobreza. Porém, nem todos aceitam a idéia de que um tal padrão possa ser identificado. De acordo com essas pessoas, seria mais apropriado empregar o conceito de **pobreza**

relativa, o qual relaciona a pobreza ao padrão de vida geral predominante em uma sociedade específica (GIDDENS, 2005, p. 255-6).⁹

Outro protocolo bastante utilizado para se falar de pobreza é a utilização de um parâmetro chamado **linha da pobreza**. Esta linha é estabelecida a partir dos preços das mercadorias necessárias à sobrevivência humana em uma sociedade particular.

Segundo o Glossário da Pobreza do Desenvolvimento Humano (1997),¹⁰ por este parâmetro se criam possibilidades de comparação da pobreza como fenômeno mundial. Uma linha de pobreza estabelecida em 1 dólar norte-americano por dia é utilizada pelo Banco Mundial para comparações internacionais. Esta linha de pobreza baseia-se no consumo de bens e serviços. É sugerida para a América Latina e Caribe uma linha de pobreza de 2 dólares norte-americanos por dia. Para a Europa do Leste e repúblicas da antiga União Soviética, tem sido usada uma linha de pobreza de 4 dólares norte-americanos por dia. Para a comparação entre países industrializados, tem sido usada uma linha de pobreza correspondente à dos Estados Unidos, que é de 14,4 dólares por pessoa/dia.

Ainda segundo o GPDH, os países em desenvolvimento que estabeleceram linhas de pobreza nacionais utilizaram, geralmente, o método da "pobreza alimentar". Estas linhas indicam insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de alimentação. Nos países industrializados, as linhas de pobreza nacionais são utilizadas para medir a pobreza relativa. A Comissão Européia sugeriu uma linha de pobreza para estes países de metade da renda pessoal média ajustada.

Por outro lado, há outras formas de se compreender a pobreza. A pobreza humana, de forma genérica, refere-se à

Negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletido em vida curta, falta de educação elementar, falta de meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade. A pobreza humana é multidimensional; ao invés de unidimensional; deve estar centrada nas pessoas, privilegiando a qualidade da vida humana, e não as posses materiais (GPDH).

Nesta perspectiva, utiliza-se o IPH (Índice de Pobreza Humana) para medir as carências quanto ao desenvolvimento humano básico nas mesmas dimensões que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). As variáveis utilizadas para indicar essas dimensões são: (1) o percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos; (2) o percentual de adultos analfabetos; (3) e o estabelecimento de condições econômicas essenciais para um padrão de vida adequado, medidas pelo percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde

⁹ Destaques feitos por Giddens.

¹⁰ A partir daqui nos referiremos ao Glossário da Pobreza do Desenvolvimento Humano como GPDH.

e água potável e pelo percentual de crianças menores de cinco anos com insuficiência de peso. Desta forma, o desenvolvimento humano só pode ser pensado como o processo de alargamento das escolhas das pessoas e o nível de bem-estar. Tais escolhas não são finitas nem estáticas. Mas independentemente do nível de renda, as três escolhas essenciais se resumem à capacidade para se ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida adequado. O desenvolvimento humano, contudo, não acaba aí. As pessoas também dão grande valor à liberdade política, econômica e social, à oportunidade de ser criativo e produtivo, ao respeito próprio e aos direitos humanos garantidos. A renda é um meio, tendo como fim o desenvolvimento humano. John Hills, do *Center for Analyses of Social Exclusion*,

Adverte contra a aceitação de uma visão tipo “modelo de loteria” da determinação da renda. Com isso, ele pretende que sejamos céticos em relação aos argumentos que apresentam a pobreza como um resultado único vivenciado quase que aleatório pelas pessoas à medida que elas se deslocam na hierarquia da renda. Essa visão sugere que as desigualdades entre ricos e pobres na sociedade não são tão críticas; que, em algum momento, todos têm chance de serem vencedores ou perdedores, dessa forma, a idéia da pobreza deixa de ser um motivo de séria preocupação. Alguns indivíduos desafortunados podem acabar tendo baixos rendimentos por anos a fio, prossegue o argumento, a baixa renda é um fenômeno essencialmente aleatório.[...] A pobreza não é simplesmente o resultado de forças sociais que atuam sobre uma população passiva. Mesmo os indivíduos que ocupam posições seriamente desfavoráveis podem aproveitar oportunidades para melhorar suas posições; o poder que a ação humana tem de realizar mudanças não deveria ser subestimado (apud GIDDENS, 2005, p.262-3).

Mas sobre a pobreza podemos fazer afirmações sem medo de errar. Tais como: a pobreza é um fenômeno que se produz na sociedade; é decorrente dos processos que produzem e reproduzem determinada formação social; é consequência da maneira como uma sociedade organiza a sua economia através do trabalho (divisão social do trabalho), de seu aparato jurídico e político, das classes sociais que decorrem de todos estes processos; enfim, a pobreza é uma construção social a partir da forma que os indivíduos adotaram para se relacionarem entre si e com a natureza, para transformá-la e apropriar-se do produto que resulta destas interações.

A pobreza não é um conceito isolado porque não é um fenômeno isolado, para ser entendida satisfatoriamente, pressupõe um entendimento paralelo de outros conceitos/fatos: riqueza, trabalho, classes sociais, exclusão social, modos de produção, capitalismo, subdesenvolvimento, etc. Não pretendemos, neste trabalho, detalhar todos esses conceitos. Parece-nos pertinente, entretanto, falar um pouco do marxismo, pois esta visão compreende a pobreza de maneira mais contextualizada.

Para Marx, a sociedade se produz pelo trabalho. É no mundo do trabalho que se formam as desigualdades entre os homens. Em *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels apresentam um retrato da sociedade capitalista, no qual a pobreza emerge como substrato. O tema central nessa história é o paradoxo da criação simultânea da riqueza e da pobreza pela Revolução Industrial, amplamente estudada por Karl Marx.

Através do materialismo histórico-dialético, Marx vai mostrar que a história das sociedades é a história da luta de classes. É bem verdade que este mote marxista já foi muito criticado por vários tipos de revisionismos. Mas prosseguindo com seu pensamento, veremos existir nas formações sociais classes antagônicas, porém, complementares. É escravo contra seu dono, servo contra senhor feudal, e no capitalismo, os proletários contra os burgueses. Nessa relação podemos ver bem de onde surge a pobreza. O capitalismo é um modo de produção que se estrutura na exploração, expropriação e apropriação da riqueza. A riqueza, em última instância, é produzida por uma mercadoria capaz de gerar outras mercadorias, ou seja, a mão-de-obra. Em síntese, a sociedade capitalista tem a pobreza como algo inerente. A lógica do capitalismo, ao deixar que apenas alguns se apropriem, através da mais-valia, do fruto do trabalho de muitos, cria duas situações de vida bem distintas: a) a situação dos proprietários que possuem os meios de produção, portanto, podem desfrutar dos benefícios que a acumulação desta riqueza pode lhes proporcionar, e b) a situação da maioria que, por não ser dona dos bens de capital, vende sua mão-de-obra aos proprietários em troca de um valor financeiro que lhe permite a sua manutenção e da sua família, ou seja, as condições mínimas de reprodução da mão-de-obra. Assim, buscar a causa da pobreza, para Marx e muitos marxistas, é dar de cara com a estrutura do capitalismo. Hoje, entretanto, temos assistido ao surgimento de muitas teorias que “enterram” Marx e procuram fazer muitos rodeios para inventar outras causas para a pobreza, como também, procuram outras soluções, sem pensar em destruir o capitalismo como queria Marx.

Quando se tenta conceituar a pobreza é quase impossível fazê-lo sem mencionar as causas dela. Poderíamos dizer que há duas formas de pensar na pobreza quando se consideram as suas causas. A primeira atribui ao próprio indivíduo pobre a culpa pelo seu estado de pobreza, a segunda procura encontrar as causas nos fatores estruturais da sociedade. Conforme Schwartzman (2001), um dos grandes defensores da primeira versão e que formou escola é Thomas Malthus, para quem a causa principal da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. Contrapunha-se ao pensamento de Karl Marx que preconizava que a miséria provoca a superpopulação e não o contrário. O problema poderia ser resolvido pelos próprios pobres se

aprendessem a controlar seus impulsos sexuais. Propõe duas saídas: educar os pobres ou deixá-los abandonados a sua sorte.

Assim como diz Schwartzman, vemos que

Para nós estudantes de ciências sociais, as causas da pobreza não podiam ser individuais, mas estruturais: a exploração do trabalho pelo capital, o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos, e a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração, que impedia que elas tivessem consciência de seus próprios problemas (SCHWARTZMAN, 2001).

Este é o mote da segunda versão, que nós há muito temos aprendido com uma das escolas de sociologia, a marxista, da qual já falamos anteriormente.

O trabalhador moderno, pelo contrário, em vez de crescer com o progresso da indústria, enterrou-se sempre mais fundo, abaixo das condições de existência de sua própria classe. Tornou-se pobre e a pobreza cresce mais rápido do que a população e a riqueza (MARX; ENGELS, 1996, p. 27-8).

Derivações da primeira versão também podem ser vistas na ideologia da pobreza que a prega como algo natural, ou como resultado da vontade divina ou sujeição às leis espirituais da reencarnação. Através dessa lente é possível distinguir dois tipos de pobres: o digno e o indigno. Segundo Katz (apud SCHWARTZMAN, 2001), a primeira refere-se à pobreza involuntária como no caso dos órfãos, doentes e viúvas, já a segunda refere-se à pobreza voluntária das pessoas saudáveis que não queriam trabalhar para se manterem ou que preferem viver às custas de assistencialismos.

Outro aspecto que pode ser discutido para nos dar um melhor entendimento da pobreza é a exclusão social, ou apartação social. Segundo Buarque (1993a), apartação ou *apartheid* social é a diferença que os brasileiros ricos e quase ricos começam a assumir em relação aos pobres; é a aceitação da miséria ao lado, com o cuidado de se construir mecanismos de separação.

Conforme o autor citado, a apartação da sociedade brasileira não se fez como na África do Sul, como opção explícita de uma elite, mas “surge como consequência inesperada do projeto de desenvolvimento transplantado do exterior e dos erros cometidos visando sua execução” (BUARQUE, 1993a, p.55). Segundo o autor, na raiz desse fenômeno, encontramos dez erros históricos, a saber:

1. Industrialização com manutenção da mesma estrutura agrária;
2. As técnicas desadaptadas;
3. A ditadura;
4. A concentração de renda;
5. O endividamento;

6. Abandono dos setores sociais;
7. Ênfase nas exportações em vez do aproveitamento do potencial de um mercado interno possível;
8. Criação de cartório que protegiam cada setor de uma economia impossível de funcionar livremente;
9. Dominação social com compromissos exclusivamente privados e
10. A partir de 1989, a democracia política sem reformas nas prioridades.

Contudo, o autor não só apresenta os erros, mas sugere algumas alternativas como solução para a apartação no Brasil, entre elas: a crise mundial da civilização contemporânea tende a despertar para uma consciência de um modelo novo de civilização pautada na modernidade ética.

Isso inverte a tendência da modernidade tradicional, vista pelo lado técnico, em que a sociedade tinha de caminhar para um único padrão de riqueza, construído por um único tipo de técnica, sem tolerar a diversidade, ampliando a desigualdade e construindo a diferença... Se rejeitar essa alternativa obscena e inventar um caminho diferente, o Brasil poderá vir a ser um retrato do que a humanidade desejaria para o conjunto do mundo, num projeto em que a ética e a democracia se casem. (BUARQUE, 1993, p.86).

Neste contexto, haverá uma sociedade que respeite a liberdade individual, elimine toda espécie de apartação, valorize o patrimônio cultural, respeito ao meio ambiente, e tendo como prioridade a cultura do modelo social, desenhado nos valores éticos. Porém, o maior empecilho a essa consciência está na causa principal da apartação: modernidade x desenvolvimento, equivalentes ao manuseio de técnicas e produtos novos. Daí, todos os esforços são centralizados na organização e viabilização desses bens modernos, através de máquinas, cada vez, mais modernas, acreditando, assim, que, a longo prazo, as técnicas econômicas resolverão todos os problemas sociais, desprezando, assim, os objetivos sociais. O objetivo da modernidade está inerente ao próprio sistema econômico, no qual a sua produção não atende as necessidades de todos os homens, gerando uma corrida pela exclusividade da produção, e, portanto, apartação. Por fim, o autor evidencia que

O primeiro passo de uma revisão da apartação é fazer uma subversão cultural na hierarquia de objetivos: os valores éticos passam a ser determinantes; em função deles identificam-se objetivos sociais que vão definir a racionalidade é que serão escolhidas as técnicas a serem usadas. Para isso, a modernidade deixa de ser considerada com base em seus objetivos. A modernidade técnica cede lugar à modernidade ética. E, entre os objetivos definidos eticamente, um deles deve ser o de que os homens são semelhantes (BUARQUE, 1993, 87).

3.1 “Soluções” para a Pobreza no Brasil

As propostas lançadas pelo Estado para o combate à pobreza são devedoras, obviamente, das ideologias nas quais se alimentam. O estado capitalista, por exemplo, tem atuado nesse campo dentro de um paradoxo, pois se sabe que a pobreza é um substrato desse modo de produção, a solução do fenômeno necessariamente passa pela reestruturação do mesmo. Ora, uma ideologia capitalista, a neoliberal, por exemplo, não identifica a pobreza como um aspecto interno do capitalismo, e então, procura explicar a pobreza por outros fatores. Assim, vemos a culpa ser jogada, direta ou indiretamente, nas costas dos próprios pobres. Como já mencionamos, anteriormente, tende-se a uma naturalização da pobreza, algo, mais ou menos inspirado nos ideais do evolucionismo social, ou seja, na teoria da sobrevivência dos mais capazes. Coloca-se, então, a pobreza como resultado da falta de educação dos pobres, ou na falta de poupança dos pobres, etc, assim, vemos acontecer uma inversão entre causas e efeitos como fica visível na explicação da pobreza dada por muitos autores, conhecida como “círculo vicioso da pobreza” (BASTOS e SILVA, 1995, p. 174).

No sentido geral, as propostas de solução para a pobreza, incidiram em aspectos mais gerais e amplos que sempre levavam à preocupação com o desenvolvimento. Portanto, é preciso falar de um tema importante para esta discussão, ou seja, o ideário do desenvolvimento e seu contrário, o subdesenvolvimento. Assim, pobreza está associada à discussão do desenvolvimento, ou melhor dizendo, à falta de desenvolvimento.

Tratando-se do Brasil, especificamente, é notório o esforço dos cientistas sociais, que desde 1930, preocupam-se em analisar e interpretar a realidade nacional, na tentativa de redescobrir a história do Brasil, surgindo, daí, obras que justificam essa confirmação: Casa Grande e Senzala (1933), de Gilberto Freyre (FREYRE, 2001) e Raízes do Brasil (1936), de Sergio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1995), entre outras. Em 1950, mediante o grande crescimento da economia brasileira, os intelectuais da época objetivam elaborar e propor um pensamento voltado para a ação no intuito de provocar modificações na realidade existente. Após a Segunda Guerra Mundial, foi sendo estruturado um pensamento progressista, de conotações reformistas, considerando que a pobreza nacional não era uma fatalidade, questionando o dogma clássico da divisão internacional do trabalho, e em contrapartida, apresentando uma proposta de desenvolvimento a partir da ação planejadora e da participação efetiva do Estado na Economia. Dessa proposta, nasceu em 1953, o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), cabendo-lhe a tarefa de elaborar uma ideologia capaz de sustentar o projeto de desenvolvimento econômico. Em julho de 1955 criava-se o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), definido para os estudos políticos e sociais –

privilegiando a pesquisa da realidade brasileira para obtenção de seu desenvolvimento. No rol dos notáveis brasileiros, destaca-se o nome do economista Celso Furtado, através da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), criada em dezembro de 1959, tendo um olhar voltado para o Nordeste, especificamente, os problemas das secas, pois essa era compreendida como região fadada à pobreza imposta pela sua aridez. Entre muitas idéias importantes de Furtado, talvez a que melhor retrate a situação brasileira seja a de que o Brasil não se desenvolveu; modernizou-se, pois, na visão do autor, o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada.

A partir dos anos 70 do século passado, como mostrou Furtado (1996), essa modernização implementada às custas de grande tecnologia e destruição da natureza, fazia, pelo contrário, aumentar a pobreza em dois níveis: externo (internacional) e interno (nacional). Então, diante da derrocada do mito do desenvolvimento, outras reflexões e “soluções” vão aparecendo.

Se o conceito de pobreza não se desgruda do de desenvolvimento, este, por sua vez, também não se desvincula do conceito de progresso, sendo vistos, muitas vezes, como sinônimos.

Segundo Buarque (1993) a idéia de progresso, como temos hoje – diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico – é bem recente. Tendo sido gerada depois das revoluções burguesas e sua divulgação pelo mundo, dá-se a partir da segunda metade do século XX. Muito nova, porém muito forte e arraigada, tornou-se uma espécie de febre.

O progresso, no seu sentido atual, não podia ocorrer fora do sistema industrial dinâmico, e portanto ainda não podia ser imaginado pelo conjunto social dos homens. [...] Paradoxalmente, o que expande e consolida o sentimento de progresso no conjunto dos homens é mais o processo de descartar os bens de curta vida que produzem, do que a permanência dos resultados da produção. O progresso, como idéia generalizada, exigia uma acumulação de capital, um acervo tecnológico e um poder de organização social que permitisse eficiência crescente, capaz de acelerar o processo produtivo, a uma velocidade que todos os homens pudessem percebê-lo, como uma experiência diária (BUARQUE, 1993, p.47-8).

Para o autor, o que mais surpreende é a rapidez com que ela se consolidou e como “adquiriu primazia sobre todas as demais idéias socialmente aceitas, a ponto de que as outras, como felicidade, paz, igualdade, liberdade, justiça, soberania, embora mais antigas, passaram a ser vistas como conseqüência do progresso” (BUARQUE, 1993, p.48).

Mas a que se refere o progresso? A nossa sociedade, moderna e ocidental, incumbiu-se de dar-lhe uma feição puramente econômica, assim como para o desenvolvimento. Progresso significa o modernismo ocidental, eficiência produtiva e aumento de bens econômicos,

medidos por inúmeros indicadores e índices quantitativos. A idéia de progresso monta uma febre evolucionista sobre princípios evolucionistas: países pobres adotam medidas progressistas vindas de países ricos. Os mais progressistas são os mais ricos, mais civilizados, mais humanos, etc. Contudo, o preço do progresso de alguns tem sido historicamente a pobreza de outros.

Mas a idéia de progresso, tão rápido como veio, tão rápido passou a ser desacreditada. Países subdesenvolvidos perdem a ilusão de que um dia poderão sair do subdesenvolvimento, e aqueles ditos desenvolvidos vêem-se diante de problemas insolúveis. Hobsbawm (apud BASTOS e SILVA, 1995, p.217), destaca três problemas que a humanidade terá de enfrentar neste século, com perspectiva de piorar, os três ligados aos modelos de desenvolvimento e progresso: o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre, a ascensão do racismo e da xenofobia e a inevitável crise ecológica. E por falar em crise, nunca é demais lembrar da essência crítica do capitalismo, conforme Marx e Engels:

A sociedade burguesa moderna, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, é como um bruxo que não é mais capaz de controlar os poderes do outro mundo que ele conjurou com seus feitiços. Para muitos, a década passada da história da indústria e comércio é somente a história da revolta das forças produtivas modernas contra as condições modernas de produção, contra as relações de propriedade que são a condição para a existência da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar a crise comercial que, com sua periodicidade, põe à prova, cada vez mais ameaçadoramente, a existência de toda a sociedade burguesa. Nestas crises, grande parte, não só dos produtos existentes, mas também das forças produtivas criadas anteriormente, é periodicamente destruída. Nestas crises, surge uma epidemia que, em todas as épocas antigas, teria parecido absurda: epidemia da superprodução” (MARX; ENGELS, 1996, p.17-8).

Se, o que dizem Marx e Engels ¹¹ é verdadeiro, o capitalismo como materialização do progresso e desenvolvimento, não é capaz de resolver nem os problemas da burguesia quanto mais os dos menos favorecidos. É um modo de produção marcado por crises cíclicas. “E por quê? Porque há civilização em demasia, meios de subsistência em demasia, indústrias em demasia, comércio em demasia” (MARX e ENGELS, 1996, p.18). E, se Marx nos permitisse complementar esta frase, colocaríamos que há demasia de tudo isso e carência de ética, de humanidade, e de perspectiva de futuro. Vive-se um presente eternizado no que se pode consumir, medem-se as pessoas pelo que elas têm e não pelo que são. Trocam-se os sentidos, como na fábula de Agripa citada por Marx, sentidos do ser pelo sentido do ter.

¹¹ Para alguns, apesar de críticos do capitalismo, Marx e Engels também eram defensores do progresso e da tecnologia. Como diz Buarque (1993, p. 54), “Marx contestava o capitalismo por não ser suficientemente progressista. Para ele, o defeito do capitalismo não estava no progresso, mas no limite que esse sistema intrinsecamente contém, impedindo que, a partir de um certo momento o progresso continue, devido ao subconsumo que condena os trabalhadores”.

Tanto Hobsbawm como Marx e Engels nos fazem ver que é preciso pensar sobre as estratégias, até então utilizadas, de maximização do crescimento. Estas estratégias não apenas têm servido para agravar as desigualdades, deixando parcela significativa de pessoas fora dos benefícios do desenvolvimento, como ameaçando toda a vida do planeta. Podemos dizer que o trecho de uma canção popular retrata bem a realidade de milhares de pessoas no planeta: “morrer de sede em frente ao mar”. Mar de abundância, como disseram Marx e Engels.

Em suma, o que se tem presenciado no Brasil, é a utilização de políticas públicas ainda bastante insatisfatórias para atacar o problema da pobreza de frente. Se pensarmos que as políticas mais fortes, quando foram timidamente iniciadas, como por exemplo a reforma agrária, no governo de João Goulart, imediatamente levaram a uma reação, que culminou com o Golpe Militar de 1964. No conjunto dessas políticas há uma tendência para o assistencialismo que se materializa em diversos tipos de “bolsas”, ou frentes de trabalhos. Ainda, mesmo nos governos de esquerda, parece que prevalece a fórmula de “dá o peixe” em detrimento a “se ensinar a pescar”. Não se almeja acabar com a pobreza, mas somente auxiliar os pobres a sobreviver, sem que, contudo, deixem de ser pobres.

O governo brasileiro incorporou o microcrédito no rol das políticas públicas de erradicação da pobreza. Desde a experiência do Grameen Bank em Bangladesh, o microcrédito passou a disseminar-se por vários países de todo o mundo como importante política de geração de emprego e renda, surtindo efeitos positivos sobre a pobreza. Muitas razões o tornam política para geração de ocupação e renda com impactos positivos sobre a pobreza. Mas como tem acontecido a evolução do microcrédito no Brasil? É o que abordaremos na seção seguinte.

4 O MICROCRÉDITO NO BRASIL

O Brasil foi um dos primeiros países no mundo a implementar o microcrédito para o setor informal urbano. Em 1973, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO, nos municípios de Recife e Salvador, por iniciativa e assistência técnica da Organização Não Governamental Accion International¹², antiga AITEC. Esse programa apresentava características semelhantes a outras instituições

¹² A ACCION Internacional é uma organização sem fins lucrativos que utiliza as microfinanças como instrumento para combater a pobreza. Dedicar-se a fornecer serviços financeiros a microempreendedores através de uma rede de instituições presente em vários países da América Latina, recentemente operando também na África. Para mais informação, ver http://www.bndes.gov.br/programas/sociais/microcredito_links.asp

internacionais baseadas em operações lastreadas por uma espécie de “aval moral”, com finalidade da inclusão social dos trabalhadores marginalizados do setor informal.

A UNO era uma organização não governamental pioneira, no Nordeste, em crédito especializado e capacitação para trabalhadores de baixa renda e do setor informal. Esse programa recebia doações internacionais, posteriormente incrementadas por outras linhas de crédito. Essa ONG apresentou um papel importantíssimo de estímulo ao desenvolvimento local, ao gerir a concessão de crédito, concomitantemente capacitava os tomadores de créditos a gerenciar pequenos negócios, além de desenvolver pesquisas voltadas para o microempresário informal e o impacto proveniente do crédito concedido. Todo esse trabalho resultou no fomento ao associativismo, cooperativas, associações de artesãos. Dessa forma, por vários anos, profissionalizou dezenas de especialistas em crédito informal e, sobretudo, foi referência na América Latina, no que se trata de expansão dos programas de microcrédito. Apesar do sucesso na área técnica, a UNO, após dezoito anos de existência, veio a falir, devido ao fato de não ter alcançado a auto-sustentabilidade.

É, porém, na década de 80 do século passado, que se considera o início dos primeiros empreendimentos do microcrédito no Brasil – predominantemente encaminhadas pelo terceiro setor, como resultado de ajuda de organizações internacionais como o BID¹³ (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento). É, então, que aparecem os Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPEs), cujo Estado pioneiro foi o Rio Grande do Sul. Contudo, não houve grande avanço nos anos 80 por causa da crise econômica e social vivida na chamada década perdida, o que os levou a enfrentar sérios obstáculos, só conseguindo decolar efetivamente a partir de 1994 com a implementação do Plano Real, o que vai permitir certa estabilidade para o mercado de crédito, obtendo maior apoio do Governo Federal e de financiamentos do BNDES¹⁴ (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) (PEREIRA, 2002).

No Brasil, o setor de microcrédito surge com a finalidade de suprir um nicho de mercado considerado carente e desassistido do setor bancarista e tradicionalista dos anos 70. Foi assim que surgiu, à luz dos resultados positivos de outros países, a onda microfinanceira. Esse setor de microcrédito no Brasil tem se revelado próspero e atrativo para o setor financeiro e desenvolvimento econômico local, partindo do princípio básico de que a

¹³ O Banco Interamericano de Desenvolvimento é uma instituição financeira criada em 1959 com sede em Washington da qual o Brasil é membro desde sua criação, sendo um dos seus maiores tomadores de recursos.

¹⁴ Ex-autarquia federal criada pela Lei 1.628, de 20 de junho de 1952. Tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país.

população ativa tem criatividade, disposição de gerir seu próprio negócio. O Banco Central do Brasil, desde 1992, e, mais intensamente, a partir de 1999, tem se valido das experiências de microcrédito de outros países, no intuito, principalmente, de eliminar etapas e diminuir a incidência de erros, com a finalidade de não perder de vista essa parcela da população de baixa renda. Vem participando de estudos e pesquisas sobre a situação do mercado de serviços financeiros direcionados às populações com baixo IDH, abrangendo tanto a força de serviços quanto aspectos sócio-econômicos, culturais, conjunturais, além de promover e participar de fóruns, reuniões, seminários em harmonia com o Conselho da Comunidade Solidária, durante o governo de Fernando Henrique, para a expansão do microcrédito no Brasil. É nesse período que se protagoniza uma luta contra a pobreza, tendo como grande personagem o sociólogo Herbeth de Souza, o Betinho, seguido de alguns pequenos grupos que fizeram um esforço isolado para minimizar os problemas da pobreza.

Seguindo a experiência do Banco Grameen em Bangladesh, apoiado e orientado pela Fundação Grameen dos Estados Unidos, o governo brasileiro incluiu o microcrédito nas políticas ativas de emprego - passa a atuar com mais rigor o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) - tendo por objetivo fundamental gerar condições de auto-sustentabilidade econômica de grupos de baixa renda. Nesse sentido, podemos ver que o governo assumirá um papel importante para implementação do microcrédito no Brasil, tanto é que os programas de maior envergadura e êxito pertencem a “bancos estatais”, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e, principalmente, o Banco do Nordeste.

Outra preocupação do Banco Central é com o Programa de Desenvolvimento Institucional, que conta com recursos do BID, e parte da convicção de que a questão fundamental do microcrédito, antes mesmo da disponibilidade de recursos financeiros, é a construção da sua institucionalidade, de forma a viabilizar os fundamentos de permanência, crescimento e auto-sustentabilidade.

Nesse sentido, o BNDES tem atuado em diversos fóruns, buscando contribuir para o desenvolvimento de um marco regulatório adequado às operações de microcrédito. Mais ainda assim, como no início do Programa de Crédito Produtivo Popular, o BNDES percebeu a necessidade e investiu na sistematização de uma metodologia para a formação de agentes de crédito.

O papel do BNDES tem sido fundamental como órgão financiador e incentivador do microcrédito. Tem atuado através de dois programas que compõem o BNDES Microfinanças. O primeiro deles é o Programa de Crédito Produtivo Popular, que tem por objetivo a formação de uma ampla rede nacional de instituições de microfinanças, um novo canal de

distribuição de recursos do BNDES e de outras fontes, imbuído dos fundamentos de auto-sustentabilidade e de crescimento, sob o controle da sociedade civil organizada e da iniciativa privada. O Brasil é detentor de uma metodologia de financiamento testada e de êxito, sobretudo no apoio a empreendimentos já constituídos e ao financiamento da aquisição de capital de giro por parte dos microempreendedores. No atual cenário, a partir da esfera federal, as iniciativas no campo do crédito popular que abriram caminhos mais expressivos correspondem ao Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDES – cuja modalidade BNDES Solidário, em apoio a ONGs – e, em termo de construção institucional consta o programa Crediamigo do Banco do Nordeste. Neste Último, ressalta-se o fato de que um banco oficial de desenvolvimento vem a constituir o primeiro programa de microcrédito operado por empresa bancária no Brasil e, atualmente, sendo considerado o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul.

Atualmente, há diversas instituições dedicadas à concessão de crédito a microempreendedores no Brasil. A rede atual é composta por 54 instituições de microfinanças, assim distribuídas: a região Sudeste apresenta a maior concentração, 42,37%, seguida, pelo Nordeste, 28,81%, Sul, 18,64% e Norte e Centro Oeste, ambas as regiões, com 5,08% (IBAM, 2003).

Traçando o perfil das microfinanças no Brasil desde 1999 até 2003, o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) aponta um crescimento acentuado da rede entre 1999 e 2003. O retrato identificado pelo IBAM nas instituições pesquisadas mostra que o microcrédito existente no Brasil é predominantemente voltado para a área urbana e para a captação de capital de giro. 96,84% atendem à área urbana, restando 3,16% para a área rural.

15

Em linhas gerais, o microcrédito no Brasil vem exibindo crescimento contínuo e acelerado, principalmente, nos últimos anos, em função do governo Lula fixar percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista nos bancos a ser destinado ao microcrédito, com taxas limitadas a 2% ao mês para os microempréstimos. Essa medida, juntamente com a abertura de contas simplificadas, possibilitou que muitas pessoas de baixa renda tivessem acesso ao

¹⁵ Pensando nisso, o Banco do Nordeste está implementando o Agroamigo, um programa que tem como objetivo principal expandir o atendimento aos agricultores familiares de pequeno porte, que são atendidos integralmente em sua localidade por um profissional especializado na área de microcrédito rural, a partir de parceria com o Instituto Nordeste Cidadania, possibilitando o acesso ágil e simplificado ao crédito. As operações são contratadas com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF B), que são direcionados aos produtores com renda bruta anual familiar de até R\$ 2.000,00.

microcrédito, extensivo aos serviços básicos dos bancos, sentindo-se, assim, inseridos no contexto tecnológico das grandes instituições financeiras.

A pesquisa do IBAM identificou a existência de seis modalidades de instituições ou programas que atuam diretamente com concessão de crédito popular no Brasil: as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), as ONGs (que podem ser subdivididas naquelas que trabalham unicamente com crédito e nas que, além do crédito, oferecem outros serviços), os Programas Governamentais, as Cooperativas e as Linhas de Crédito Especiais dos bancos comerciais. Cada modalidade possui uma natureza e uma funcionalidade específica e é contemplada de forma singular pelo marco legal¹⁶ instituído para o setor.

As ONGs foram as pioneiras, estruturando as primeiras redes e muito contribuindo para a difusão desta atividade. Dentre essas organizações não-governamentais, destacam-se os Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos – CEAPs, Banco da Mulher, PORTOSOL e suas Réplicas, VivaCred e RioCred.

As OSCIPs surgem a partir do esforço do Governo Federal, pelo Conselho da Sociedade Solidária, em busca de um modelo de estruturação para o terceiro setor que resultasse em um fortalecimento da sociedade civil como um todo. Surgiram assim a Lei nº 9.790, aprovada em 23 de março de 1999, e o Decreto nº 3.100, promulgado em 30 de junho de 1999, que estabeleceram a titulação de OSCIPs e o instrumento pelo qual elas se relacionam com o poder público, constituindo o termo de parceria.

As SCM foram criadas pela Medida Provisória nº 1.894-19, de 29 de junho de 1999, como via lucrativa para o setor de microfinanças. São disciplinadas pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizadas pelo Banco Central. Como instituições vinculadas ao sistema financeiro nacional, as SCMs estão sujeitas a muitas das exigências contábeis e operacionais impostas aos bancos comerciais.

A participação dos bancos, no setor, é legitimada pela Lei de nº 10.194. Têm atuação bastante significativa no setor de microfinanças nacional, como o caso do Banco do Nordeste, que abriga o Crediamigo, o maior programa de microcrédito do país. Como toda instituição integrante do sistema financeiro nacional, esses bancos são fiscalizados pelo Banco Central do Brasil e estão livres da lei da usura¹⁷.

¹⁶ Para maiores informações sobre o marco legal do microcrédito, consultar Pereira (2002), obra citada.

¹⁷ A Lei da usura figura no Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, que estipulou juros máximos de 12% ao ano, consistindo a cobrança de juros usurários em crime contra a economia popular. Esta lei não se aplica a instituições integrantes do sistema financeiro nacional, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

A inclusão das Cooperativas de Crédito no setor de microfinanças é um tema discutido, uma vez que não há consenso quanto à adequação do tipo dos serviços oferecidos por essas instituições ao conceito de microcrédito. As organizações cooperativas de crédito são regulamentadas pelo Banco Central e estão isentas da lei da usura, podendo, assim, operar com juros mais elevados.

Os Programas Governamentais que efetivamente operam microcrédito são, em sua maioria, criados e gerenciados pelos governos municipais e estaduais, estando, portanto, seu marco legal vinculado, de modo geral, às leis dos Estados e Municípios. A Lei nº 10.194, no entanto não menciona as iniciativas governamentais de atuação em primeiro piso e não as contempla como possíveis receptoras dos recursos destinados aos programas de fortalecimento do setor. Antes da constituição do marco legal, definido pelo Governo Federal em 1999, o setor de microfinanças era composto apenas pelas iniciativas das ONGs, sendo posteriormente incorporadas também as experiências de governos locais e o programa do Banco do Nordeste. A elaboração de um marco legal mais específico em 1999 inaugura um cenário de transição nos diversos cenários e os atores envolvidos negociam suas posições no setor, estando alguns deles em posição vantajosa devido aos benefícios obtidos pela legislação implantada.

4.1 – Experiência do Microcrédito em João Pessoa: o Crediamigo

Três acontecimentos importantes permitiram o surgimento do Crediamigo. Primeiro, em novembro de 1996, a comitiva do Banco Mundial reuniu-se com a Alta Direção do Banco do Nordeste, com a finalidade de conhecer sua estrutura e mensurar sua capacidade de enfrentar e combater um dos maiores desafios, atualmente enfrentados no mundo: erradicar a pobreza. O Banco Mundial, após concordar com os princípios operacionais, aprovou o projeto piloto, a exemplo de outros países, de iniciar um microcrédito por meio de um empréstimo existente para assistência técnica e treinamento. Segundo, em 1997, o Banco do Nordeste participou do grande debate político elaborado pela Comunidade Solidária, donde a reunião concluiu que o microcrédito poderia desempenhar um papel estratégico em termos de emprego e distribuição de renda, mas sua abordagem requeria uma expansão diferente da normalmente associada às operações de crédito. Terceiro, o Banco do Nordeste apresentava o propósito de alcançar meios viáveis de atingir o alvo –microempreendedores - de forma sustentável, sem depender de linhas de créditos subsidiadas.

Seguindo o modelo da Unidade Desas do Bank Rakyat da Indonésia (BRI), o Crediamigo foi criado como órgão autônomo dentro do próprio Banco. O BNB procurou ajuda técnica da ACCION Internacional, esse grupo com sólida experiência em empréstimos a grupos solidários, além de preparar o material de treinamento e critérios de seleção para futuros agentes de microcrédito.¹⁸ Daí por diante o Banco do Nordeste tem feito progressos, ao que se refere à celeridade na ampliação da carteira de clientes, sem subestimar a complexidade e o cuidado que o microcrédito requer. Atualmente, o Banco se encontra presente nos 1.985 municípios da região Nordeste e do norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, beneficiando a micro e pequenos empreendedores, em geral, atuantes na informalidade.

O Crediamigo trata de empréstimo concedido por Banco Federal em prol de um público alvo. A característica principal nessa modalidade de empréstimo é a relação personalizada entre banco e cliente:

1. O agente de crédito vai ao encontro do cliente. Ele é o instrumento de inserção comunitária da instituição/programa que representa e, portanto, a principal garantia de retorno do capital emprestado. É ele que estabelece laços de confiança recíproca que se cria entre ele e o cliente, mediante visitas ao local de trabalho do usuário e mediante monitoramento das atividades financiadas, reduzindo, assim, os custos de transações para o cliente;
2. Acesso ao crédito por meio de grupos solidários, em substituição às garantias tradicionais. Como o nome sugere, baseia-se no fato de que os micronegócios geralmente mantêm uma rede de apoio mútuo, onde pequenos valores são emprestados por algum tempo – enquanto perdurar a vigência do empréstimo – constituindo, entre si, uma rede de entre-ajuda denominada grupo solidário;
3. Empréstimos rápidos e sucessivos, com prazo máximos de 7 dias para a liberação;
4. Assegurar o capital adequado ao ciclo do negócio com prazos que variam de três a seis meses, e
5. Oferecer ao cliente programas em serviços de capacitação focada para as áreas de recursos humanos e de gestão empresarial, garantindo ao beneficiado, condições para gerir bem seu negócio visando melhoria de competitividade e integração no mercado.

O programa tem o objetivo de unificar pessoas que desejam obter empréstimos, trocando a garantia real pelo aval solidário. O grupo solidário é composto de 5 a 10 pessoas

¹⁸ Atualmente, essa função cabe à ONG Instituto Nordeste Cidadania.
CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 12, set./2008, p. 01-45.
<http://www.cchla.ufpb.br/caos>

que tenham seus negócios próximos, interesses compartilhados que através da auto-seleção, potencializem responsabilidades mútuas, organização, integração e, que estejam pelo menos há um ano na atividade. Devem ser maiores de idade, não sejam parentes próximos (pai, mãe, marido e mulher) e não colaborem para o mesmo orçamento doméstico. Cada participante do grupo solidário tem direito a um crédito, que poderá ser diferenciado em valores e prazos, e será avalizado pelos demais membros. A soma dos créditos individuais constitui o crédito do grupo, ou crédito solidário. Entretanto, os valores são aprovados individualmente, conforme a necessidade e capacidade de endividamento/pagamento de cada negócio. Dentre os membros do grupo solidário é eleito, alternativamente, um coordenador do grupo, cujo papel é servir de elo de comunicação entre o grupo e a instituição/programa de crédito, sendo entre outras atribuições, responsável pela cobrança das prestações e a mediação de conflitos grupais. A taxa de juros varia de 2% ao mês - para financiamento até R\$ 1.000,00 – e de 4,5% ao mês para empréstimo até R\$ 8.000,00 por pessoa, para capital de giro, sendo até R\$ 3.000,00 para investimento fixo.

Segundo informações obtidas no site do Banco do Nordeste, o microcrédito – Crediamigo – apresenta 2.640.444 empréstimos acumulados, até março de 2006, cujo valor aplicado é de R\$ 2,22 bilhões. A carteira ativa¹⁹ apresenta 200.620 clientes e cujos valores em milhões para a carteira ativa é de R\$136,6 e o valor médio por empréstimos corresponde a R\$ 842,18. Referente aos setores produtivos assistidos pelo Crediamigo, destaca-se o comércio com a predominância de 93%, serviço com 5% e a indústria com 3%. Quanto ao gênero, o sexo feminino tem o percentual de 61,59% e masculino 38,41%. E dos 100% contemplados, apenas a média 0,77% chega a inadimplir, no caso específico, do BNB.

No Estado da Paraíba, o Banco do Nordeste atua com a participação de 68 assessores em 147 unidades, sendo só uma na Capital. Desde a implantação do Crediamigo em 1998, foram beneficiados em João Pessoa 2.566 clientes com créditos e R\$ 2.61 milhões de reais emprestados no decorrer destes 8 anos de atividade voltada para os microempreendedores.

A seguir, refletiremos sobre a realidade destes microfinanciados a partir das experiências de um grupo solidário.

¹⁹ Conjunto de clientes com operações normais ou em atraso até 90 dias.

5 REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA

Após apresentarmos a história e caracterização do Crediamigo, passaremos a falar daquilo que nos propomos como objetivo principal desta pesquisa, ou seja, refletir sobre o papel do microcrédito nos processos de erradicação da pobreza e política de desenvolvimento social. Para isso nos valeremos dos dados apresentados por Alencar (2004) que elaborou o perfil dos financiados pelo Crediamigo em João Pessoa e pelas falas dos membros de um grupo solidário que entrevistamos.²⁰

Começamos pela proposta de desenvolvimento atrelada ao discurso do Crediamigo, em especial, e do microcrédito de maneira geral.

O desenvolvimento aqui é percebido diretamente pela quantidade de riqueza que os empreendimentos financiados podem gerar. Isso se dá, principalmente, pela geração de renda e empregos.

Podemos, então, perguntar se o Crediamigo tem ajudado a gerar renda através da criação de empregos. A resposta é afirmativa, entretanto, o que podemos inferir é que o emprego e a renda têm se limitado muito ao próprio financiado, ou seus familiares:

Constata-se que a maioria deles, desenvolve sozinho suas atividades, representando 35,9% do total; seguido por 29,4% que se utiliza de duas pessoas para ajudar na execução das atividades; e, 22,2% que o fazem com a ajuda de três pessoas. Entre os empreendedores entrevistados, apenas 12,4% utilizam em seus estabelecimentos mais de quatro pessoas para tocar seus negócios. (ALENCAR, 2004, p. 36)

E podemos verificar que, entre os que dizem desenvolver a sua atividade com outras pessoas, “apenas 22,9% confirmaram pagar salários, contra 77,1% que afirmaram não pagar nenhum tipo de remuneração”. Há um predomínio do trabalho familiar sem remuneração seguido do assalariamento temporário. E ainda, “entre os que pagam salários, 11,1% pagam apenas um assalariado, seguido por 6,5% com dois assalariados e, apenas 5,3% que paga salário a mais de três pessoas”. (ALENCAR, 2004, p.37e 38).

Assim, os empregos criados pelas “empresas” financiadas pelo Crediamigo são reduzidos e se mostram bastante precários, assumindo as formas comuns da informalidade: empregadas, diaristas e mensalistas.

Algo a ser verificado em pesquisas futuras, e que poderiam dizer muito sobre a questão, é a forma como os donos das “empresas” tratam os direitos trabalhistas dos poucos empregados com carteira assinada.

²⁰ Ver Apêndices.

Teríamos um bom indicador de desenvolvimento se pudéssemos verificar a média de todos os salários gerados direta ou indiretamente pelos investimentos das “empresas” financiadas pelo Crediamigo ou pela quantidade de vagas que são geradas em torno desses empreendimentos. A princípio, já podemos perceber que estes números são pequenos.

Ainda sobre a questão do desenvolvimento, podemos discutir sobre o perfil do Crediamigo. Ele se identifica com as propostas minimalistas ou com as desenvolvimentistas? Segundo Pereira,

As organizações minimalistas são aquelas em que a concessão do crédito é um fim em si mesmo, sem o desenvolvimento de outros serviços complementares. Já as desenvolvimentistas geram serviços complementares, no intuito de fazer com que o crédito e os empreendimentos financiados tenham mais impacto no mercado (PEREIRA, 2002, p.44 – nota de rodapé 18).

Assim, nas propostas desenvolvimentistas, criam-se suportes teóricos e técnicos que auxiliem os financiados a tornarem seus empreendimentos mais efetivos, o que faz gerar mais riqueza através da movimentação do capital, da geração de salários e vagas. É óbvio, entretanto, que esta visão de desenvolvimento é pautada numa visão econômica que associa desenvolvimento a crescimento, como já discutimos anteriormente. Entretanto, é possível pensar em propostas desenvolvimentistas voltadas para o próprio desenvolvimento humano-social e não meramente econômico, como por exemplo se pode verificar na proposta do microcrédito implementada por Yunus em Bangladesh. Além de englobar o aspecto desenvolvimentista frisado por Pereira, ela vai mais além, pois o Banco Grameen foi aos poucos criando outros programas de interesse social, tal como os voltados para a educação, moradia, saneamento básico, tecnologia, seguridade e saúde. Na proposta desenvolvimentista do Grameen, os clientes não são meramente devedores, são parceiros, vistos como membros da empresa. Há uma preocupação em promover contatos permanentes e de incentivar a formação e a conscientização dos membros, gerando sentimentos de pertença e responsabilidade para consigo e com a coletividade, então, não se investe apenas na efetividade do empreendimento financiado, mas na qualidade de vida das pessoas. Mas e o Crediamigo, como pode ser definido? É minimalista ou desenvolvimentista? O que tem feito, além de emprestar dinheiro, em prol do desenvolvimento?

Por trás das atividades financeiras do Crediamigo, parece haver uma leitura permanente sobre inclusão social. Existe um discurso de preocupação com fortalecimento da cidadania e redução das desigualdades sociais através do cumprimento da missão do Programa. Não só de forma econômica, mas, voltado, sobretudo, pelo resgate de cidadania. O

Banco desde o início desse Programa de Crédito tem a diligência de oferecer serviço de crédito orientado/educativo aos clientes, garantindo aos clientes condições para gerir bem seus negócios, melhorando sua competitividade e integração ao mercado. Além disso, desenvolve projeto voltado para erradicar o analfabetismo da carteira de clientes do Crediamigo, tendo como professores voluntários os próprios funcionários do BNB. Outro dado relevante trata-se do curso Aprender a Empreender – metodologia do Sebrae – com duração de 24 horas, que o BNB aplica gratuitamente, inclusive, com doação do próprio material didático. O Banco está aplicando esse curso voltado, primeiramente, aos clientes mais antigos, e no decorrer do percurso, pretende estender a toda carteira ativa. Mas mesmo destacando estas atividades, só uma análise mais profunda poderia descrever com maior segurança o caráter desenvolvimentista do Crediamigo, pois estes poucos indicadores, se são eles apenas, ainda não demonstram um perfil desenvolvimentista.

Outro ponto forte do discurso do Crediamigo é o da erradicação da pobreza. Como podemos avaliar isso? Ele tem proporcionado inclusão social, ou erradicado a pobreza?

O microcrédito no Brasil assumiu uma peculiaridade em relação a Bangladesh, foi direcionado a uma parcela da população que não é a mais pobre. Isso pode ser verificado nas próprias exigências colocadas pelas organizações para concessão dos empréstimos. O Crediamigo financia grupos de amigos que já tenham algum tipo de atividade funcionando há mais de um ano, o que significa dizer que, de alguma forma, estas pessoas já estavam inseridas no mercado e gerando algum tipo de renda, inclusive utilizando-se de outras modalidades de empréstimos.²¹ Assim, a camada beneficiada pelo Crediamigo não é a dos mais pobres, são pessoas que embora sofram algum tipo de exclusão, como por exemplo, a maioria dos financiados atuarem no mercado informal, não vivem na indigência. Podemos, então, falar em manutenção de uma posição social que antes já era ocupada, talvez até pode se tratar de mobilidades sociais horizontais, mas não se visualiza, entretanto, ascensão social vertical.

Yunus direcionava sua proposta para os mais pobres, e dentre eles os mais excluídos, no caso as mulheres. Não fazia exigência em relação a que a pessoa já tivesse um empreendimento em funcionamento. Ora, neste caso, é bem mais fácil perceber a inclusão social e mobilidade social ascendente. Uma mulher que produzia tamboretas de bambu, e para isso vendia sua produção a um atravessador que lhe pagava um valor irrisório, seria

²¹ Nas entrevistas que fizemos com os membros de um grupo solidário, um dos mais consolidados, dois disseram que antes do Crediamigo utilizavam outras modalidades de empréstimos, como por exemplo o BB-giro, e todas elas já funcionam há mais de cinco anos, sendo que uma delas funciona há vinte e cinco anos.

incapaz de poupar ou constituir patrimônio. Quando, porém, esta mulher começa a tomar empréstimos dos quais deverá pagar apenas os juros, ela se liberta do atravessador, que também atua como agiota, e então, pode constituir patrimônio, aumentar a produção e aumentar sua renda. Ao aumentar sua renda começa a incorporar no seu estilo de vida elementos que até então não possuía. Neste caso, é muito mais fácil perceber o processo de inclusão social, vemos aí um processo de mobilidade social ascendente. Porém, no caso do Crediamigo, isso se torna mais difícil de perceber, já que os financiados não estavam numa situação de completa exclusão social, o que não significa dizer que não esteja havendo melhorias sociais, e as falas dos informantes retratam bem isso.

Podemos ver na escolaridade dos financiados, que a maioria deles freqüentou a escola, o que demonstra que não apresentam trajetória social característica das camadas sociais mais excluídas:²²

Quadro 01 – Escolaridade dos Financiados pelo Crediamigo em João Pessoa

| ESCOLARIDADE | | |
|---------------------|-------------|-----------------|
| Categorias | F. absoluta | F. relativa (%) |
| Analfabeto | 24 | 15,7 |
| 1º Grau | 90 | 58,8 |
| 2º Grau | 37 | 24,2 |
| Superior | 02 | 1,3 |
| Total | 153 | 100 |

Fonte: compilado de Alencar, 2004.

Mas e os financiados? Como eles vêem a questão da inclusão social pelo Crediamigo? A maioria admite que o financiamento aumentou o faturamento, embora, os dados de que dispomos digam muito pouco sobre as mudanças do estilo de vida, ou sobre o aumento de patrimônio.

A maioria dos entrevistados, 95,4% confirmou aumento de faturamento, contra apenas 4,6% que negou essa possibilidade. Dentre os que confirmaram aumento no faturamento, 33,3% consideram que esse aumento se deu em torno de 1% e 20%; enquanto para 62,1%, esse aumento foi acima de

²² Em relação aos membros do grupo que entrevistamos, todos eles possuem o segundo grau completo; ver apêndice A.

50%,reafirmando a importância do Programa Crediamigo para o micro e pequeno empreendedor ligado ao setor comércio (ALENCAR, 2004, p.49).

As opiniões dos membros do grupo solidário que entrevistamos, conforme os quadros abaixo, vão demonstrar o que eles pensam a respeito dos resultados do financiamento.

Quadro 02 – Visão dos Financiados Sobre as Vantagens do Crediamigo

| Questão geradora | |
|------------------|--|
| Informante | Quais as vantagens trazidas pelo microcrédito/Crediamigo? |
| 01 | É muito bom, porque deixo de comprar fiado. Mas o meu valor é pequeno. Queria um crédito maior. |
| 02 | Ela ajuda ao comerciante que quer crescer. A gente não toma empréstimo desse para comprar carro ou casa. A gente pega é pra aumentar o comércio da gente. Financeiramente a gente tem apoio do Crediamigo. |
| 03 | Deixo de comprar a prazo e passo a comprar à vista. |
| 04 | É bom. A pessoa compra material de bordado. A verdade é que o dinheiro é pouco, mas quebra o galho. |

Fonte: entrevistas

Quadro 03 – Visão de Mudanças Sociais em Suas Vidas

| Questão geradora | |
|------------------|--|
| Informante | Socialmente, o que mudou em sua vida? |
| 01 | Mais boas amizades e conhecidos. |
| 02 | As amizades com os comerciantes. |
| 03 | Um prestígio a mais. |
| 04 | A relação com as pessoas mudou sim. Tenho bastantes amizades depois que entrei aqui. |

Fonte: entrevistas

Quadro 04 – Visão de Mudança Econômica em Suas Vidas

| Questão geradora | |
|------------------|---|
| Informante | Economicamente, o que mudou em sua vida? |
| 01 | Melhorou bastante. Hoje tenho o comércio estruturado. |
| 02 | Melhorou bastante. |

| | |
|----|--|
| 03 | Estoque. Estou sempre renovando. Isso é bom. Ainda não tenho carro. Mas vou chegar lá. |
| 04 | Mudou 20%. |

Fonte: entrevistas

Quadro 05 – Exemplo Concreto de Mudança

| | Questão geradora |
|------------|---|
| Informante | Você pode citar um caso de mudança significativa em sua vida? |
| 01 | Tenho um bom estoque, todo pago. |
| 02 | Crédito de confiança pra comprar. |
| 03 | Eu nem sei. Mas mudou muito. Tenho tudo do bom e do melhor. É essa a grande mudança. |
| 04 | Comecei o comércio com 02 vestidos de noiva e hoje tenho 20 vestidos de noiva, fora os outros acessórios. |

Fonte: entrevistas

Quadro 06 – Opinião Sobre o Aumento de Faturamento

| | Questão geradora |
|------------|---|
| Informante | Em que porcentagem o empréstimo aumentou seu faturamento? |
| 01 | 15% |
| 02 | 40% - (ficou um pouco indecisa e disse que ia dar um chute) |
| 03 | 100% |
| 04 | 20% |

Fonte: entrevistas

Nestes quadros, com algumas ressalvas, podemos perceber que os financiados têm uma visão positiva dos resultados dos empréstimos, embora seja latente a insatisfação com o valor emprestado, considerado pouco. Apresentam as mudanças apontando diretamente para os elementos do próprio empreendimento (o estoque, dívidas saldadas, etc), nenhum menciona, por exemplo, mudanças em suas vidas fora do trabalho, como por exemplo, aquisição de móveis e imóveis, viagens, educação dos filhos, consumo, etc. Parece que ainda não associam o Crediamigo à realidade fora do trabalho, ou ainda não percebem estas mudanças, talvez porque elas ainda não aconteceram ou são insignificantes. Quanto ao

aumento de faturamento, apenas uma pequena parcela diz que não houve aumento (4,6% dos entrevistados por Alencar). Entre os nossos entrevistados todos admitiram que houve aumento (conforme quadro 06), embora não haja unanimidade quanto ao percentual. Uma das informantes ficou muito em dúvida em como dar a resposta, então disse: “vou dar um chute” e aí apresentou 40%. Sabemos que estas cifras não possuem valor quantitativo, funcionam mais como expressão de sentimento ou opinião sobre os resultados do microcrédito; por exemplo, aqueles que usam cifras pequenas ou muito pequenas, estão reconhecendo o avanço, mas sem muita ênfase, já outros que atribuem cifras maiores ou cheias (100%) estão mais convencidos da importância do Crediamigo e desenvolvem para com ele uma atitude positiva. Contudo, seria preciso fazer uma avaliação mais precisa da contabilidade dessas empresas para se ter uma idéia mais precisa do percentual real de aumento de faturamento.

Vimos também que a maioria dos financiados recorre constantemente aos empréstimos do Crediamigo, como mostra Alencar.²³

Analisando a frequência do uso do Programa Crediamigo como forma de financiamento, constatou-se que mais da metade dos empreendedores desta amostra, 52,9% já havia utilizado mais de quatro vezes o Crediamigo, como fonte de financiamento; enquanto apenas 17,0% o estava fazendo pela primeira vez e outros 30,0% o faziam por mais de duas vezes (ALENCAR, 2004, p. 43).

Diante disso, temos nos questionado também de quanto tempo será necessário para que estes financiados deixem de utilizar o Crediamigo. Seria sensato pensar, que já que eles têm apontado para uma estruturação do comércio, pagamento de dívidas, equilíbrio das contas e outros, gradativamente deveriam deixar de solicitar estes empréstimos, o que poderia indicar mudança significativa rumo à auto-sustentabilidade. Talvez eles pudessem deixar a modalidade do microcrédito e adentrar em outras mais volumosas, indicando mudança de prestígio diante dos bancos. Infelizmente, estas são apenas considerações distantes, pois não possuímos dados para uma verificação mais concreta.

E por último, poderíamos questionar em que medida o microcrédito/Crediamigo pode ser visto como uma filosofia de mudança?

Sem dúvida, do ponto de vista da lógica administrativa, a filosofia do microcrédito aponta para direções diferentes. Tem uma forte preocupação com as questões sociais. E isso acaba interferindo na lógica racional que até então predominou nos modelos de bancos tradicionais. Finalizando, é oportuno o que diz Boaes:

²³ Os informantes que nós entrevistamos também já recorreram 4 vezes ou mais ao Crediamigo (ver nos apêndices, o quadro de caracterização dos informantes), pois trata-se de um grupo montado já há alguns anos.

O que nos interessa agora é saber como funciona o microcrédito [...]. Os envolvidos são o banco e os solicitantes. Desaparece a figura do avalista. No seu lugar vai aparecer um “conceito” não puramente abstrato e que vai dar o rumo para o emprego de “novas formas de garantias” e de “controle do risco”. As relações que passam a predominar são as que predominam nas interações em redes sociais. A lógica dá-se a partir da constituição de um grupo de amigos, mas não parentes, que tomará uma quantia emprestada, e a dívida será contraída por todos coletivamente. Não se está emprestando somente a um indivíduo, mas a um grupo. Cada um, a seu modo, utilizará parte do dinheiro para implementação de um projeto que faça circular o capital e gerar lucro. Desta forma, lucra o agente financiador ao receber o montante acrescido dos juros e lucram os envolvidos porque fazem, com seu trabalho, ou força-de-trabalho comprada, movimentar o capital para produzir riquezas e com isso melhorar sua vida e alcançar inclusão social. Assim, aposta-se na inclusão social pela inclusão econômico-financeira. As garantias passam a atuar na rede, alimentadas não por bens materiais palpáveis, mas por sentimentos que unem os indivíduos nesse grupo e que dão tonalidade às relações sociais. Assim, a proposta é utilizar lógicas, sentimentos e compromissos que predominam na sociabilidade dos atores como mecanismo de controle de risco. Trata-se, então, de **com-promissos** pré-existentes, pautados nas relações de proximidade e pessoalidade, às vezes até de intimidade. Assim, o grupo ainda que tenha um objetivo bem definido a alcançar, e neste aspecto é bastante racional (neste momento penso em racional no sentido que Weber dá ao termo), respalda-se em formas de relações “espontâneas”, pessoais e cotidianas de sociabilidade para alcançar este fim. [...] A natureza da relação, para se responder à pergunta, diferencia-se em muito do modelo tradicional, não é verticalizada, já que todos estão na mesma situação de solicitante e avalista, e neste caso, nada se mostra mais irracional para o modelo tradicional, do que pedir que aquele que toma o empréstimo (um excluído) seja seu próprio avalista. Com isso, a rigidez e a formalização sofreram uma flexibilização. Este é mais um conceito em moda na sociologia e pode ser explorado aqui para compreendermos como se configura o microcrédito, especialmente, a sua emergência que pode ter algo a ver com as mudanças registradas nos modelos de organização gerencial nos anos 70, com a crise do taylorismo-fordismo, e o aparecimento de modelos flexíveis como o toyotismo [...]. É

também o momento em que a idéia de rede se expande... Estamos experimentando outra filosofia (BOAES, 2006, p. 4-5).

6 CONCLUSÃO

Falar, atualmente, em erradicação da pobreza parece para muitos uma utopia. No passado achava-se impossível a extinção da escravidão, hanseníase, poliomelite, um mundo sem apartheid. Para o economista Yunnus é possível sim e vai mais longe:

Mas não deixa de ser irônico observar que o movimento do microcrédito, construído em torno, para e com o dinheiro, não tem profunda e essencialmente nenhuma relação com este. O microcrédito é ajudar cada pessoa a atingir seu pleno potencial. Ele não trata de capital monetário e sim de capital humano. O microcrédito é uma simples ferramenta que libera os sonhos dos homens e ajuda até mesmo o mais pobre entre os pobres a atingir a dignidade, o respeito e um sentido para a sua vida (YUNNUS, 2005, 327).

É verdade que o microcrédito está distante de atingir o âmago da pobreza, mas certamente é um bom começo. No Brasil, talvez a proposta do microcrédito não seja tão transformadora como em Bangladesh, porém vimos que é uma forma de gerar renda e, com limitações, promover inclusão social. Se, na visão dos cientistas sociais, se consegue visualizar muitos obstáculos e desvios de rota, isso não elimina os efeitos vividos pelos financiados, que avaliam o microcrédito como algo positivo.

Recentemente, pesquisa²⁴ da fundação Getúlio Vargas, baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE demonstra que a renda da família brasileira parou de cair em 2004. Que o Brasil conseguiu a proeza de combater as desigualdades sociais – miséria no Brasil caiu 8%. O estudo sobre diminuição de pobreza e desigualdade demonstra que o número de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza caiu de 27,26% da população em 2003, para 25,8% em 2004. Para essa pesquisa, considerou abaixo da linha da pobreza quem pertence a uma família com renda inferior a R\$ 115 mensal, valor considerado o mínimo para garantir a alimentação de uma família. A PNAD também mostra que o Brasil melhorou em itens como o número de trabalhadores ocupados, a participação das mulheres no mercado de trabalho, os indicadores da área de educação e melhoria das condições de vida. O que tudo isso pode nos sugerir? Obviamente esses resultados não estão ligados diretamente à existência dos microfinanciamentos. Se houve melhoria nas condições sociais de vida, isso não aconteceu por força de um elemento isolado,

²⁴ Ver Revista Época de 15 de maio de 2006, especialmente página 15.

mas ao conjunto de muitas forças. É nesse sentido que podemos perceber o microcrédito, como um elemento no conjunto de medidas que podem promover melhorias sociais. Sozinha, ela nada representa, e possivelmente deverá se transformar em mais um daqueles projetos do governo que com o tempo desaparecem sem ter gerado resultados satisfatórios.

É fundamental saber se à expansão do microcrédito representa apenas formas alternativas de financiamento ao investidor, ou se representa verdadeiro avanço rumo à redução das desigualdades sócio-econômicas. É importante saber qual o projeto de desenvolvimento que essa proposta busca.

O que fizemos aqui, mais do que concluir a “obra”, foi abrir as portas para o olhar crítico se lançar através delas em busca das merecidas respostas.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do Capital Social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-81, jan./jun. 1999.

ALENCAR, Kátia G. D. de. **Microcrédito: um perfil do tomador de empréstimo do Programa Crediamigo BNB**, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

AMARAL, Viviane. **Redes Sociais e Desenvolvimento Local**. 2004. Palestra proferida no 61º Fórum Permanente do Terceiro Setor – SENAC, São Paulo, 2004.

AMARAL, Vivianne. Desafios do trabalho em rede. **Rede de Informações para o terceiro Setor - RITS**. Dez. 2002. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_dez2002.cfm> acesso em: 10 jan. 2006 .

AYRES, Bruno. Redes Organizacionais no Terceiro Setor - um olhar sobre suas articulações, **Rede de Informações para o terceiro Setor - RITS**. Out. 2002. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_out2002.cfm> . Acesso em 10 jan. 2006.

AZEREDO, Beatriz. “**Palestra de Apresentação**”. In: YUNUS, Muhammad. Microcrédito: a experiência do Grameen Bank. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES SOCIAL, Rio de Janeiro, Dezembro de 2001. 72 p. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bndes_social/bndes_social2.pdf> Acesso em: 10 jan. 2006.

BANGLADESH. In: Enciclopédia Tio Sam. Disponível em : <http://www.tiosam.com/enciclopedia/enciclopedia.php?title=Demografia_do_Bangladesh#Hist.C3.B3ria> Acesso em: 10 jan. 2006.

BARBOSA, Ana Cristina M. M. **Redes locais de atenção à criança e ao adolescente**. BNDES, Rio de Janeiro, 2002. Mimeografado.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <http://www.sebraees.com.br/arquivos/Introducao_Microcr%C3%A9dito.pdf> Acesso em: 15 Jan. 2006.

BASTOS, Vânia Lomônaco; SILVA, Maria L. F. **Para entender as economias do terceiro mundo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BOAES, Giovanni. **Tentativas sociológicas de compreensão do microcrédito**. UFPB, João Pessoa, 2006. Mimeografado.

BORDENAVE, Juan E. D.. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993a.

CAMPILONGO, Celso F. **Direito e Democracia**. São Paulo: Ed. Max Limonad, 1997.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A ação em rede para a implementação de políticas e programas sociais públicos. **Rede de Informações para o terceiro Setor – RITS**. Abr. 2003. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_abr2003.cfm>. Acesso em: 15 jan. 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENTENDA O CÁLCULO DO IDH E SEUS INDICADORES. In: Portal Terra – Brasil, Notícias. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI152578-EI306,00.html>> Acesso em: 20 jan. 2006.

FARIA, Luciana O.; TEIXEIRA, Francisco L. C.. Redes interorganizacionais para inovação tecnológica: o Caso TELEMAR/BA. In: XXIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e senzala**. 45 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GLOSSÁRIO DA POBREZA E DESENVOLVIMENTO HUMANO. Relatório do Desenvolvimento humano, 1997. In: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 1997. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>> Acesso em: 10 jan. 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBAM (2003) - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Disponível em: <http://www.ibam.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2006

INOJOSA, Rose M. **Programa de Incentivo à Formação de Redes**. Encontro Tecendo Redes, Instituto Fonte, São Paulo, 2000. (Mimeografado)

_____, Rose Marie. Redes de Compromisso Social. **Revista de Administração Pública**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, vol. 33, n. 5, p.115-41, set./out. 1999.

LOPES, Humberto E. G., MORAES, L. F. R. Redes e organizações: algumas questões conceituais e analíticas. In: I ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2000, Curitiba. **Anais...**, Curitiba, 2000.

MARTINHO, Cássio. Algumas palavras sobre rede. **Rede DLIS**. 2002. Disponível em: <http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=autor> Acesso em: 10 jan. 2006.

MARX, Karl; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENEZES, Marcos. As redes e o fim do patriarcado. **Rede de Informações para o terceiro Setor – RITS**. Nov. 2002. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_nov2002.cfm> Acesso em: 15 jan. 2006.

OLIVEIRA, Marina M. C. **Atuação em redes por organizações do Terceiro Setor**, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Recursos Humanos) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PEREIRA, Marcel de Q. **O microcrédito como estratégia de combate às desigualdades e sua implementação no Brasil**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PODER DO CIDADÃO. In: Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. Disponível em:
<http://acaodacidadania.infolink.com.br/templates/acao/novo/publicacao/publicacao.asp?cod_Canal=6&cod_Publicacao=988> Acesso em: 10 jan. 2006.

RELIGION. In: Virtual Bangladesh. Disponível em:
http://www.virtualbangladesh.com/bd_religion.html Acesso em: 20 jan. 2006.

REVISTA ÉPOCA. Os Mitos em torno do combate à pobreza no Brasil. Ed. 417, 15 de maio de 2006.

SCHLITHLER, Célia Regina Belizia. O Processo de Formação de Facilitadores de Redes Sociais. **Rede de Informações para o terceiro Setor – RITS**. Fev. 2003. Disponível em:
<http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_fev2003.cfm> Acesso em: 10 jan 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. **Notas sobre o paradoxo da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm>> Acesso em: 15 jan. 2006.

SILVA, José A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

TEODÓSIO, Armindo dos S. S. **O Terceiro Setor como utopia modernizadora da provisão de políticas sociais: Dilemas, armadilhas e perspectivas no cenário brasileiro**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

_____. Participação Popular na Gestão de Cidades: impasses e perspectivas no cenário brasileiro. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR – ÉTICA, PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO ESPAÇO, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: 2001. p. 129-139.

_____. **Pensar pelo Averso o Terceiro Setor: mitos dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil**. In: STENGEL, M et al (orgs.) – **Políticas públicas de apoio sociofamiliar** – curso de capacitação de conselheiros municipais e tutelares: PUC Minas, 2001. p. 85 – 124. (Mimeografado)

TORO A., José B.; WERNECK, Nísia. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

WHITAKER, Francisco. Entrevista cedida ao portal Risolidária, São Paulo, Dez. 2003. Disponível em: <http://www.risolidaria.org.br/util/view_texto.jsp?txt_id=200406090010> Acesso em: 10 de jan. 2006.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. Country Profile - Bangladesh. View technical and source notes. In.. EarthTrends: the environmental information portal. Disponível em: <<http://earthtrends.wri.org/text/economics-business/country-profile-14.html>> Acesso em: 10 jan. 2006.

YUNUS, Muhammad. Microcrédito: a experiência do Grameen Bank. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES SOCIAL, Rio de Janeiro, Dezembro de 2001. 72 p. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bndes_social/bndes_social2.pdf> Acesso em: 20 jan. 2006.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países**. São Paulo: Ática, 2005.

